

# UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

## CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE VAGAS DA CARREIRA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NÍVEL SUPERIOR

### 01110 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – TIPO A

Frase: **Assuma riscos e descubra novas vitórias.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



#### SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



#### TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



## CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

• Texto para as questões de 1 a 5.

#### Mudanças Climáticas e Eventos Atmosféricos: A Frente Fria Pós-Carnaval e Seus Efeitos no Brasil

Nos dias subsequentes ao Carnaval de 2026, o Brasil passou por uma mudança significativa no padrão meteorológico devido ao avanço de uma frente fria que rompeu o regime de clima quente e estável característico dessa época do ano. Durante o período festivo, grande parte do território nacional experimentou tempo predominantemente ensolarado, altas temperaturas e baixa instabilidade atmosférica.

A chegada dessa frente fria desencadeou alterações relevantes na dinâmica atmosférica, promovendo aumento da nebulosidade, queda gradual das temperaturas e elevação do risco de temporais, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Tais frentes configuram-se como importantes mecanismos de reorganização climática, resultantes do avanço de massas de ar frio sobre áreas previamente aquecidas.

Do ponto de vista ecológico, a mudança abrupta nas condições climáticas impacta diretamente os ecossistemas terrestres e aquáticos. A intensificação das chuvas interfere no ciclo hidrológico, no transporte de nutrientes e na estabilidade do solo, afetando comunidades biológicas sensíveis às variações térmicas e pluviométricas.

Além disso, a redução das temperaturas máximas influencia processos fisiológicos de plantas e animais, podendo alterar ciclos reprodutivos, padrões de crescimento e estratégias adaptativas. Esses efeitos evidenciam a estreita relação entre eventos atmosféricos e respostas biológicas em ambientes naturais.

O aumento do risco de temporais exige atenção das autoridades ambientais e de defesa civil, uma vez que precipitações intensas podem ocasionar alagamentos, erosões e deslizamentos. O monitoramento meteorológico contínuo torna-se, assim, ferramenta indispensável para a mitigação de impactos socioambientais.

Em síntese, a frente fria observada após o Carnaval de 2026 ilustra a complexidade das interações entre atmosfera e biosfera. A compreensão científica desses eventos contribui para o aprimoramento das previsões climáticas e para a formulação de estratégias de conservação ambiental.

Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/02/19/frente-fria-muda-o-tempo-apos-carnaval-de-sol-e-calor-e-eleva-risco-de-temporais.ghtml>.

Adaptado. Acesso em: 19 fev. 2026.

1. Considerando a progressão temática do texto, a articulação entre os aspectos meteorológicos e ecológicos e a conclusão apresentada pelo autor, assinale a alternativa que sintetiza, de forma mais abrangente e fiel, a ideia central desenvolvida no texto.

- (A) A atuação de uma frente fria após o Carnaval de 2026 rompeu o padrão de estabilidade atmosférica predominante, desencadeando instabilidades climáticas com potenciais impactos ambientais no território brasileiro.
- (B) O texto restringe-se à apresentação de dados estatísticos sobre temperatura e precipitação, sem estabelecer relações com processos ecológicos.
- (C) As alterações climáticas descritas no texto não produzem efeitos significativos sobre os ecossistemas naturais.
- (D) A frente fria mencionada promoveu a cessação definitiva do calor característico do verão brasileiro.

2. Considerando as características estruturais, a finalidade comunicativa e o tratamento dado às informações científicas no texto, marque a alternativa que identifica corretamente o gênero textual predominante.

- (A) Texto literário de cunho narrativo, marcado pela subjetividade do autor.
- (B) Reportagem científica, que articula dados meteorológicos a análises ecológicas em linguagem informativa e objetiva.
- (C) Texto publicitário, voltado à persuasão do leitor por meio de estratégias argumentativas.
- (D) Relato pessoal, centrado na experiência individual do narrador.

3. Considerando o texto-base e as normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, bem como as exigências de correção linguística aplicáveis à redação institucional de alto nível, assinale a alternativa correta.

- (A) O vocábulo “socioambientais” deveria ser grafado com hífen, pois a ausência desse sinal descaracteriza a relação semântica entre o prefixo “socio” e o substantivo base, contrariando o princípio de transparência morfológica.
- (B) As formas “atmosférica”, “climática” e “fisiológicos” apresentam inadequação ortográfica, visto que a supressão do acento gráfico seria facultativa após o Acordo Ortográfico, que flexibilizou a acentuação das proparoxítonas.
- (C) As palavras e expressões empregadas no texto atendem às normas da ortografia oficial da língua portuguesa, observando-se corretamente as regras de acentuação gráfica, o uso ou a ausência do hífen em formações prefixais, a grafia de termos técnico-científicos consagrados e a distinção normativa entre maiúsculas e minúsculas em substantivos próprios e comuns.
- (D) O substantivo Carnaval, por designar evento recorrente e não entidade única, deve ser grafado com inicial minúscula, ainda que se refira à festividade oficialmente reconhecida no calendário nacional.

4. Com base no texto, indique a alternativa em que a colocação do pronome átono está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, considerando as exceções e restrições sintáticas aplicáveis.

- (A) A chegada dessa frente fria desencadeou alterações relevantes na dinâmica atmosférica, promovendo-lhes por meio do avanço de massas de ar frio sobre áreas previamente aquecidas.
- (B) Do ponto de vista ecológico, a mudança abrupta nas condições climáticas impacta diretamente os ecossistemas terrestres e aquáticos, afetando-os de maneira significativa.
- (C) O monitoramento meteorológico contínuo torna-se, assim, ferramenta indispensável para mitigar-se os impactos socioambientais decorrentes dos temporais.
- (D) Em síntese, a frente fria observada após o Carnaval de 2026 ilustra a complexidade das interações entre atmosfera e biosfera, contribuindo-se para o aprimoramento das previsões climáticas.

5. Considerando o texto apresentado, bem como os efeitos sintáticos, semânticos e discursivos produzidos pelo emprego dos sinais de pontuação, marque a alternativa correta, à luz da norma-padrão da língua portuguesa e das convenções do texto científico-informativo.

- (A) As vírgulas empregadas no texto rompem a linearidade sintática ao separar termos essenciais da oração, o que gera ambiguidades interpretativas e compromete a objetividade do discurso científico.
- (B) A pontuação adotada no texto privilegia pausas rítmicas em detrimento da organização lógica, funcionando predominantemente como recurso estilístico, sem contribuição efetiva para a construção do sentido.
- (C) O uso frequente de períodos extensos, articulados por vírgulas, prejudica a progressão temática do texto, tornando a leitura fragmentada e dificultando a compreensão das relações de causa e consequência.
- (D) O emprego dos sinais de pontuação, em especial vírgulas, pontos finais e conectores isolados por vírgulas, contribui para a organização sintática do texto, explicita relações lógico-discursivas — como causa, consequência, adição e conclusão — e favorece a clareza, a progressão temática e a precisão informativa características do gênero expositivo-científico.

6. Com base no trecho apresentado a seguir, assinale a alternativa correta acerca do emprego e dos efeitos de sentido dos sinais de pontuação.

A velha escrivaniinha, herdada de meu avô, guardava muitos segredos; no entanto, nenhum parecia tão instigante quanto a pequena gaveta trancada. Olhei em volta: a sala estava silenciosa, a poeira dançava no ar e a luz da tarde diminuía. Minhas mãos tremiam, sentindo a frieza do metal, quando decidi abrir o compartimento secreto. — Será que contém cartas de amor, mapas antigos ou apenas memórias esquecidas? — sussurrei para mim mesmo. O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego.

- (A) No segmento “A velha escrivaniinha, herdada de meu avô, guardava muitos segredos; no entanto, nenhum parecia tão instigante quanto a pequena gaveta trancada”, o ponto e vírgula poderia ser substituído por vírgula, sem prejuízo sintático ou semântico, uma vez que ambas as orações são curtas e coordenadas pela conjunção adversativa.
- (B) No trecho “Olhei em volta: a sala estava silenciosa, a poeira dançava no ar e a luz da tarde diminuía”, os dois-pontos são empregados de modo inadequado, pois deveriam ser substituídos por ponto final, já que introduzem orações independentes do ponto de vista sintático.
- (C) Em “O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego”, as vírgulas isolam a conjunção adversativa deslocada para o interior do período, recurso que enfatiza a quebra de expectativa e está de acordo com a norma-padrão.
- (D) Em “Minhas mãos tremiam, sentindo a frieza do metal, quando decidi abrir o compartimento secreto”, as vírgulas são obrigatórias, pois isolam oração subordinada adjetiva explicativa, sem a qual o período se tornaria gramaticalmente incorreto.

7. Considere a situação a seguir.

Carlos teve de refazer um relatório porque os dados estavam errados. Irritado com o empecilho, comentou que “quebrou a cara” com o trabalho e foi ao banco resolver pendências antes de voltar ao escritório.

Com base nos mecanismos semânticos da língua portuguesa, indique a alternativa correta.

- (A) No enunciado “Carlos quebrou a cara com o trabalho”, a expressão é empregada em sentido denotativo, indicando uma ação física concreta, enquanto o termo banco apresenta relação de polissemia, por possuir sentidos distintos sem vínculo semântico.
- (B) As palavras incompleto e errado, usadas no contexto do relatório, estabelecem relação de sinonímia, pois ambas indicam ausência total de correção dos dados apresentados.
- (C) O uso do termo banco, no sentido de instituição financeira e de assento, exemplifica a paronímia, já que se trata de palavras semelhantes na grafia e no som, mas com significados diferentes.
- (D) A expressão quebrou a cara exemplifica uso conotativo da linguagem, enquanto o termo banco ilustra um caso de homonímia; além disso, palavras como incompleto e inacabado podem ser consideradas sinônimas no contexto apresentado.

8. À luz das normas e diretrizes estabelecidas no *Manual de Redação da Presidência da República*, especialmente no que se refere à elaboração de correspondências oficiais, assinale a alternativa correta quanto aos princípios estruturais, linguísticos e pragmáticos que regem a redação de expedientes na administração pública federal.

- (A) A redação oficial deve priorizar a expressividade individual do redator, admitindo variações estilísticas, figuras de linguagem e marcas subjetivas, desde que não comprometam a compreensão global da mensagem institucional.
- (B) A redação de correspondências oficiais deve observar, de forma concomitante, os princípios da impessoalidade, da clareza, da concisão, da formalidade e da padronização, de modo que o texto represente a instituição, e não o agente que o redige, evitando marcas de subjetividade, ambiguidade ou ornamentação linguística.
- (C) O uso da primeira pessoa do singular é recomendado em ofícios e memorandos, pois reforça a responsabilidade individual do servidor e confere maior transparência à comunicação administrativa.
- (D) A formalidade exigida nos expedientes oficiais autoriza construções sintáticas excessivamente complexas e períodos longos, uma vez que a precisão conceitual se sobrepõe à necessidade de clareza e acessibilidade textual.

9. Leia o texto a seguir.

“O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego.”

Considere que esse enunciado, quando inserido em um texto narrativo contemporâneo, pode dialogar implicitamente com uma tradição literária que explora a descoberta súbita como elemento estruturante da narrativa, recorrente em contos de mistério, romances psicológicos e narrativas de formação. Tal construção remete a outros textos nos quais o clímax se organiza a partir da revelação de um objeto, de uma informação ou de um segredo capaz de reconfigurar a percepção do narrador sobre si mesmo e sobre o mundo. A partir dessas considerações, assinale a alternativa correta quanto ao fenômeno da intertextualidade e às relações que se estabelecem entre textos.

- (A) O trecho apresentado configura exclusivamente intertextualidade explícita, uma vez que pressupõe a citação direta de um texto-fonte reconhecível pelo leitor, condição indispensável para a existência de diálogo entre textos.
- (B) O enunciado exemplifica intertextualidade formal, pois reproduz estruturas sintáticas idênticas às de textos canônicos, caracterizando imitação estilística obrigatória e consciente do autor em relação a um modelo anterior.
- (C) A relação estabelecida no trecho corresponde à paráfrase intertextual, visto que há repetição de conteúdo temático específico de um texto anterior, ainda que com alteração superficial da forma linguística.
- (D) O fragmento mobiliza intertextualidade implícita de natureza temática e discursiva, ao acionar, sem menção direta, um repertório narrativo compartilhado culturalmente, no qual a revelação funciona como eixo estruturador do sentido, exigindo do leitor competência intertextual para reconhecer esse diálogo.

10. Considere os enunciados a seguir, todos hipoteticamente extraídos de um relatório técnico-científico, e avalie-os à luz da norma-padrão da língua portuguesa, no que se refere à concordância nominal e à concordância verbal, inclusive em construções com sujeito posposto, expressões partitivas, núcleos complexos e predicativos deslocados.

Marque a alternativa correta.

- (A) A maioria das alterações climáticas observadas após o evento extremo foram consideradas relevantes pelas autoridades competentes, haja vista estarem associadas a impactos ambientais significativos.
- (B) Seguem anexa ao relatório as tabelas e os gráficos explicativos, cuja análise detalhada evidenciam inconsistências metodológicas relevantes.
- (C) É necessário cautela e análises criteriosas na interpretação dos dados apresentados, sobretudo quando se trata de fenômenos atmosféricos complexos.
- (D) Considerou-se irrelevante as variáveis climáticas e os indicadores ecológicos avaliados no estudo preliminar.

---

**Raciocínio Lógico**

---

11. Assinale a alternativa que apresenta uma sentença fechada.

- (A) Se João tivesse estudado mais, teria sido aprovado no concurso.
  - (B)  $x^2 - 5x + 6 = 0$
  - (C) Quando ele chegar, começaremos a reunião.
  - (D) Todo número inteiro positivo maior que 2 é par.
- 

12. Considere as proposições a seguir, ambas verdadeiras:

- p: O som é uma onda.  
q: A onda transporta energia.

Com base nessas proposições, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Ou o som é uma onda ou a onda não transporta energia.
  - (B) Se o som é uma onda, então a onda não transporta energia.
  - (C) O som não é uma onda ou a onda não transporta energia.
  - (D) O som não é uma onda se, e somente se, a onda transportar energia.
- 

13. Considere as proposições compostas:

- $(P \wedge Q) \rightarrow P$
- $P \rightarrow (P \wedge Q)$

Essas proposições são, respectivamente, exemplos de:

- (A) tautologia e contradição.
  - (B) tautologia e contingência.
  - (C) contingência e tautologia.
  - (D) contradição e contingência.
- 

14. De acordo com as leis de De Morgan, o complementar da interseção é igual à união dos complementares. Assim, dado um conjunto universo  $U$ , seja  $X^c$  o complementar de  $X$  em relação a  $U$ . Considere o conjunto universo:  $U = \{1,2,3,4,5\}$  e os subconjuntos:  $A = \{1,2\}$  e  $B = \{2,4\}$ . O conjunto  $A^c \cup B^c$  é igual a:

- (A)  $\{3,5\}$ .
  - (B)  $\{2,3,4,5\}$ .
  - (C)  $\{1,2,3,4,5\}$ .
  - (D)  $\{1,3,4,5\}$ .
- 

15. Um programa municipal concede um auxílio mensal a estudantes, pagando R\$ 480,00 no primeiro mês. A cada mês seguinte, o valor do auxílio aumenta R\$ 30,00 em relação ao mês anterior. Sabendo que o benefício é pago durante 10 meses consecutivos, sem interrupções, o valor total recebido por cada estudante ao final do período, é de:

- (A) R\$ 7.350,00
  - (B) R\$ 6.750,00
  - (C) R\$ 6.150,00
  - (D) R\$ 7.950,00
-

16. Considere quatro servidores: Henrique, Lúcia, Marcos e Patrícia, e quatro cargos distintos: Auditor, Analista, Técnico e Supervisor, sabendo que cada servidor exerce exatamente um cargo. Analise as informações a seguir:

- Henrique não é Auditor nem Técnico.
- Lúcia não é Supervisora.
- Marcos é Auditor ou Analista.
- Patrícia é Técnica.
- O Analista não é o Marcos.
- A Auditora não é a Lúcia.

Com base exclusivamente nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) Henrique é Supervisor e Lúcia é Analista.
- (B) Henrique é Analista e Lúcia é Auditora.
- (C) Marcos é Analista e Henrique é Supervisor.
- (D) Marcos é Supervisor e Lúcia é Analista.

17. Sejam verdadeiras as seguintes afirmações:

- João é filho de Tiago.
- Salete é irmã de Tiago.
- Valdo é pai de Ulisses.
- Hildo é filho de Salete e Valdo.

A conclusão necessariamente verdadeira obtida a partir dessas afirmações é a de que:

- (A) Ulisses é irmão de Hildo.
- (B) Hildo é primo de João.
- (C) Tiago é primo de Valdo.
- (D) Valdo é avô de João.

18. Em uma escola, foi realizada uma pesquisa com 180 alunos sobre o interesse em duas disciplinas: Matemática e Física. Os resultados foram:

- 92 alunos gostam de Matemática;
- 48 alunos gostam de ambas as disciplinas;
- 26 alunos não gostam de nenhuma das duas disciplinas.

Determine a quantidade de alunos que gostam exclusivamente de Física.

- (A) 36 alunos.
- (B) 42 alunos.
- (C) 62 alunos.
- (D) 50 alunos.

19. Considere os conjuntos:

$$A = \{2,4,6,8\}$$
$$B = \{1,4,5,6\}$$
$$C = \{3,4,6,9\}$$

O conjunto  $\{4,6\}$  é resultado da operação:

- (A)  $(A \cap B) \cap C$
- (B)  $(A \cup B) - C$
- (C)  $(A \cap C) \cup B$
- (D)  $(A \cup C) - B$

20. Uma cidade foi planejada em um sistema de quadras quadradas, cada uma medindo 40 metros de lado. Um entregador inicia seu trajeto em um ponto inicial  $P$  e realiza o seguinte percurso:

- caminha 5 quadras para o norte;
- depois, caminha 2 quadras para o leste;
- em seguida, caminha 3 quadras para o sul;
- por fim, caminha 1 quadra para o oeste e encerra o trajeto.

Ao analisar sua posição final, o entregador percebe que não percorreu o menor caminho possível entre o ponto inicial e o ponto final.

Considerando que o deslocamento ocorre apenas pelas ruas da cidade, a quantidade de metros que ele poderia ter economizado é:

- (A) 100 m.
- (B) 220 m.
- (C) 400 m.
- (D) 320 m.

RASCUNHO

---

**Noções de Informática**

---

**21.** Em uma auditoria, um servidor recebe o arquivo Controle\_Orcamentario.xlsx armazenado em uma pasta (diretório) de rede do Windows. No Excel, a pasta de trabalho contém a planilha Dados, com registros organizados em linhas e colunas com cabeçalhos, e a planilha Paineis, que exibe um gráfico alimentado pelos dados de Dados. Para permitir a inserção de uma coluna no meio do conjunto e a inclusão de novas linhas ao final sem redefinir manualmente o intervalo de origem do gráfico, o intervalo de dados foi formatado como Tabela do Excel. Tendo por base o exposto, marque o item que informa a caracterização tecnicamente coerente dos conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos no cenário descrito.

- (A) A caracterização considera a pasta como diretório do Windows onde o arquivo está armazenado; a pasta de trabalho como o arquivo .xlsx que contém planilhas; os dados como células na interseção de linhas e colunas; o gráfico como objeto baseado no intervalo de células; e a Tabela do Excel como estrutura que expande o intervalo ao inserir colunas e acrescentar linhas, mantendo o gráfico atualizado.
- (B) A caracterização considera a pasta de trabalho como diretório do Windows que contém planilhas em arquivos separados; os dados como colunas horizontais e linhas verticais; o gráfico como arquivo autônomo fora do .xlsx; e a atualização automática como dependente apenas do nome do arquivo.
- (C) A caracterização considera a pasta de trabalho como uma única planilha; os dados como células identificadas por número da coluna e letra da linha; o gráfico como recurso que aceita somente dados de uma coluna por vez; e a atualização como independente do vínculo entre células e séries.
- (D) A caracterização considera a pasta de trabalho como área de armazenamento temporário; os dados como células independentes de linhas e colunas; o gráfico como cópia estática dos valores no momento da criação; e a manutenção da atualização como dependente da recriação do gráfico após inserção de linhas e colunas.

---

**22.** Durante a manutenção de uma estação de trabalho após queda de energia, foi necessário reconfigurar opções de inicialização no BIOS/UEFI, preparar um pendrive para dar boot em ferramentas de diagnóstico e utilizar o arquivo diagnostico.iso para criar a mídia inicializável. Tendo por base o exposto, marque o item que apresenta a associação tecnicamente coerente entre o tipo de memória responsável por manter as configurações do firmware, o periférico citado e a natureza da extensão .iso.

- (A) Associação: memória DRAM como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como dispositivo de entrada/saída operando como “memória de trabalho” temporária; arquivo .iso como arquivo compactado (ex.: ZIP) contendo instalador e utilitários.
- (B) Associação: memória ROM do firmware como armazenamento das configurações do BIOS/UEFI; pendrive como dispositivo de armazenamento em massa via USB; arquivo .iso como formato de imagem de disco para distribuição de sistemas e ferramentas de diagnóstico.
- (C) Associação: memória cache (L3) como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como dispositivo de armazenamento de baixa latência usado para acelerar a inicialização; arquivo .iso como conjunto de rotinas executáveis específicas do firmware (BIOS/UEFI).
- (D) Associação: memória flash (SPI/EEPROM) do sistema como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como mídia removível de armazenamento em massa via USB; arquivo .iso como imagem de disco utilizada para replicar uma mídia (CD/DVD/USB) inicializável.

---

**23.** Durante uma auditoria em estações com Windows 10 e Windows 11, constatou-se que o ícone “RelatórioMensal” na Área de Trabalho abria o arquivo C:\Dados\Relatórios\2026\RelatórioMensal.xlsx. Após reorganização de pastas, o arquivo foi movido para C:\Dados\Relatórios\2026\Fev\RelatórioMensal.xlsx, mantendo o mesmo nome. Para restabelecer o acesso sem duplicar o arquivo, um técnico decidiu substituir o item da Área de Trabalho por outro criado a partir do arquivo real, utilizando Copiar e a opção Colar atalho. Diante deste contexto, considera-se que o procedimento esperado corresponde:

- (A) A criação, na Área de Trabalho, de uma cópia do arquivo por meio de “Copiar” e “Colar”, mantendo o item “RelatórioMensal” atualizado para o novo caminho.
- (B) A criação, na Área de Trabalho, de um atalho para a pasta C:\Dados\Relatórios\2026\Fev, de modo que a abertura do relatório ocorra pela navegação até o arquivo dentro do diretório.
- (C) A criação, na Área de Trabalho, de um atalho apontando para C:\Dados\Relatórios\2026\Fev\RelatórioMensal.xlsx, obtido por “Copiar” do arquivo real e “Colar atalho”, preservando o arquivo no diretório de origem.
- (D) A criação, na Área de Trabalho, de um arquivo de atalho “RelatórioMensal.xlsx” por “Copiar” e “Colar”, com atualização automática do destino do link quando o arquivo for movido entre subpastas.

24. Em fevereiro de 2026, um órgão público revisa o Manual de Reuniões On-line, que ainda orienta o uso de Skype for Business Online e Google Hangouts para encontros com cidadãos e parceiros externos. A equipe de TI deve atualizar o documento para refletir o estado atual das ferramentas. Com base nas informações descritas, considera-se que a atualização técnica coerente corresponde à:

- (A) atualização técnica que deve registrar a permanência do Google Hangouts no Google Workspace para reuniões externas e a continuidade do Skype for Business Online como serviço recomendado para reuniões institucionais com convidados.
- (B) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Hangouts, com migração para Google Chat e Google Meet, e a aposentadoria do Skype for Business Online em 31 de julho de 2021, com transição para Microsoft Teams, mantendo Teams, Meet e Zoom como plataformas de reunião.
- (C) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Meet, com retorno do Google Hangouts como solução principal de videoconferência, e a manutenção do Skype for Business Online no Microsoft 365 como componente de reuniões integrado ao Teams.
- (D) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Hangouts, com migração para Google Chat e integração das reuniões ao Google Duo, e a aposentadoria do Skype for Business Online em 5 de maio de 2025, com transição para Microsoft Teams.

---

25. Em um órgão público, um setor precisa disponibilizar a uma equipe externa um conjunto de documentos armazenados em um serviço de nuvem, garantindo que (i) os arquivos permaneçam sob controle do órgão, (ii) os acessos sejam revogáveis a qualquer momento, (iii) alterações possam ser rastreadas por histórico de versões e registro de atividade, e (iv) o acesso pelos convidados ocorra preferencialmente via nuvem, sem exigir sincronização automática permanente para armazenamento local em seus dispositivos. Diante deste contexto, entende-se que a configuração condizente com fundamentos de armazenamento em nuvem corresponde à(ao):

- (A) publicação dos documentos por envio de anexos em e-mail institucional, mantendo-os hospedados no cliente de e-mail e controlando permissões pelo provedor SMTP.
- (B) criação de um arquivo compactado único e o envio por mensageria instantânea, assegurando controle de versões pelo aplicativo de mensagens e revogação centralizada pelo remetente.
- (C) cópia dos documentos para uma pasta local em cada computador da equipe externa, garantindo revogação de acesso por remoção do atalho na Área de Trabalho de cada usuário.
- (D) compartilhamento por link ou convite a partir do repositório em nuvem do órgão, com permissões específicas (leitura/edição), possibilidade de revogação, histórico de versões e registro de atividade, mantendo os arquivos no repositório do órgão e permitindo acesso via nuvem com sincronização opcional e controlada.

---

**Legislação Específica**

---

**26.** André, servidor público federal, observou que seu superior hierárquico vinha solicitando a fornecedores que participavam de licitações na instituição o pagamento de valores indevidos em troca de favorecimento nos processos de contratação. André, temendo represálias e prejuízos à sua carreira, decidiu não se envolver nas práticas irregulares, recusando-se a participar de qualquer ação que beneficiasse o esquema, mas optou por não comunicar formalmente o fato às autoridades competentes nem representar contra seu superior, mantendo-se em silêncio sobre a situação. Considerando os deveres fundamentais estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público, assinale a afirmativa correta.

- (A) André cumpriu adequadamente seus deveres éticos ao abster-se de participar das práticas irregulares e ao manter respeito à hierarquia, uma vez que a denúncia de superiores hierárquicos deve ser evitada para preservar a harmonia administrativa e a estabilidade das relações de trabalho.
- (B) A conduta de André está parcialmente adequada aos deveres éticos, pois embora tenha resistido às pressões para participar de ações ilegais, deveria ter aguardado orientação de autoridade superior antes de tomar qualquer providência relacionada à denúncia dos fatos observados.
- (C) André descumpriu deveres fundamentais previstos no Código de Ética ao não resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas e denunciá-las, bem como ao deixar de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- (D) A conduta de André está adequada aos deveres éticos estabelecidos no código, uma vez que o respeito à hierarquia impede a representação contra superiores hierárquicos, devendo o servidor limitar-se a não participar de ações imorais sem formalizar denúncias que possam comprometer a estrutura organizacional.

---

**27.** Elisa é ocupante de um cargo público federal cujas atribuições regimentais e operacionais impõem, por sua própria natureza, a necessidade de deslocamentos constantes e rotineiros para fora da sede onde está lotada, a fim de realizar inspeções de campo. Em razão de uma reestruturação na unidade, Elisa questiona o departamento de recursos humanos sobre a ausência de pagamento de diárias em seus deslocamentos habituais de serviço, que não envolvem pernoite, mas exigem o afastamento da sede. Considerando as normas que regem as indenizações no Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990), assinale a alternativa correta.

- (A) Elisa não fará jus ao recebimento de diárias, uma vez que a legislação veda expressamente o pagamento dessa verba indenizatória nos casos em que o deslocamento da sede constitui uma exigência permanente do exercício do cargo.
- (B) O direito de Elisa às diárias é garantido pela natureza eventual do serviço público, de modo que a permanência da exigência de deslocamento no cargo não afasta o dever de indenizar as despesas com alimentação e locomoção urbana.
- (C) A servidora terá direito ao recebimento de meia diária em todos os seus deslocamentos, independentemente da natureza do cargo, visto que a vedação legal restringe-se apenas aos casos em que a União custeia as despesas por outro meio diverso.
- (D) A administração pública possui discricionariedade para converter as diárias de Elisa em auxílio-transporte, desde que a exigência permanente de deslocamento seja compensada por uma gratificação de produtividade técnica de natureza salarial.

28. No que concerne ao tratamento, à custódia e à responsabilidade sobre informações classificadas como sigilosas no âmbito da Administração Pública, a Lei nº 12.527/2011 estabelece diretrizes rígidas para o controle de acesso. Tendo em vista as disposições legais sobre a segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- (A) As medidas de proteção contra perda, alteração indevida ou divulgação não autorizada de informações sigilosas aplicam-se exclusivamente aos agentes públicos vinculados estatutariamente ao Estado, não alcançando entidades privadas.
- (B) A obrigação de observar as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de informações sigilosas é restrita às autoridades máximas dos órgãos, não sendo exigível o conhecimento de tais normas pelo pessoal subordinado hierarquicamente.
- (C) O tratamento de informações sigilosas por pessoas físicas em razão de vínculo com o poder público dispensa a adoção de providências de segurança, desde que a execução da atividade ocorra em ambiente externo às dependências do órgão.
- (D) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação sigilosa estão estritamente condicionados ao binômio da necessidade de conhecê-la e do devido credenciamento, gerando para aquele que a obtém a obrigação legal de resguardar o sigilo.

29. O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) constitui uma ferramenta estratégica de modernização da Administração Pública Federal, voltada à substituição do controle de assiduidade pela gestão de resultados. Acerca do âmbito de aplicação e das diretrizes gerais estabelecidas pelo Decreto nº 11.072/2022, assinale a alternativa correta.

- (A) O PGD qualifica-se como um direito subjetivo e autoaplicável de todos os agentes públicos federais, independentemente de ato autorizativo do Ministro de Estado ou da natureza das atividades desenvolvidas pela unidade.
- (B) O programa é um instrumento de gestão focado na entrega por resultados, alcançando servidores efetivos, comissionados, empregados públicos, contratados temporários e estagiários em exercício na administração direta, autárquica e fundacional.
- (C) Em razão do princípio da unidade da Administração Pública, o PGD aplica-se indistintamente aos servidores civis e aos militares das Forças Armadas, desde que estes últimos ocupem cargos de natureza administrativa em órgãos centrais.
- (D) A mensuração das atividades dos participantes do PGD deve pautar-se primordialmente pelo registro eletrônico de frequência, sendo vedada a utilização de indicadores de produtividade para estagiários e contratados por tempo determinado.

30. Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 sobre o início e a formulação de requerimentos no processo administrativo federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O requerimento inicial deve conter obrigatoriamente a identificação do interessado, o domicílio do requerente, a formulação do pedido com exposição dos fatos e fundamentos, data e assinatura, sendo vedada à administração a recusa imotivada de documentos.
- (B) O processo administrativo deve iniciar-se exclusivamente a pedido de interessado, sendo vedada a instauração de ofício pela administração pública.
- (C) Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário, devendo a administração recusar o recebimento de requerimentos que apresentem eventuais falhas formais.
- (D) O requerimento inicial deve ser formulado exclusivamente por escrito em qualquer hipótese, não sendo admitida solicitação oral mesmo nos casos em que a legislação expressamente a autorize ou a natureza do pedido assim permita.

31. O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro é regido pelo princípio do melhor interesse, impondo aos controladores obrigações rigorosas de transparência, segurança e adequação. Sobre os procedimentos e salvaguardas previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa correta.

- (A) No tratamento de dados de crianças, o controlador está dispensado de manter pública a informação sobre a forma de utilização e os tipos de dados coletados, bastando que tais informações sejam fornecidas mediante requisição formal dos pais ou responsáveis legais.
- (B) O tratamento de dados de crianças exige consentimento específico e em destaque de ao menos um dos pais ou responsável legal, devendo o controlador realizar esforços razoáveis, consideradas as tecnologias disponíveis, para verificar a legitimidade de quem prestou a autorização.
- (C) As informações sobre o tratamento de dados de menores devem ser fornecidas de maneira estritamente técnica e formal, visando garantir a precisão jurídica para os responsáveis, sendo vedado o uso de recursos audiovisuais que possam comprometer a sobriedade do processo.
- (D) A coleta de dados pessoais de crianças sem consentimento é autorizada de forma ampla sempre que o objetivo for a inclusão do menor em jogos eletrônicos ou aplicações de internet, desde que os dados sejam posteriormente anonimizados e compartilhados com parceiros comerciais.

**32.** No que concerne à estrutura organizacional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), o Conselho de Curadores (CCUNILAB) desempenha papel fundamental na governança institucional. De acordo com as normas estatutárias que regem o funcionamento e as competências deste órgão, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao órgão deliberar sobre eventuais vetos opostos pelo Reitor às suas decisões, bem como exercer a fiscalização direta sobre a incorporação de receitas extraordinárias que não tenham sido originalmente previstas no orçamento.
- (B) O Conselho de Curadores possui natureza meramente consultiva e subordinada à Reitoria, carecendo de poder deliberativo para interferir na execução da proposta orçamentária anual após sua aprovação pelo Ministério da Educação.
- (C) Em virtude do princípio da autonomia universitária, o CCUNILAB dispõe de prazo indeterminado para se pronunciar sobre matérias de fiscalização patrimonial, visando garantir a profundidade técnica de suas análises e pareceres.
- (D) A fiscalização de convênios e acordos firmados pela Universidade é de competência exclusiva do Conselho Universitário (CONSUNI), cabendo ao CCUNILAB apenas o exame posterior dos demonstrativos contábeis resultantes de tais atos.

**33.** A Constituição Federal estabelece regime especial de responsabilidade civil para determinadas pessoas jurídicas em razão dos danos causados por seus agentes. Com base nesse regime, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes apenas quando demonstrado dolo ou culpa na conduta, devendo o lesado comprovar a existência de culpa do agente para obter a reparação diretamente da entidade pública.
- (B) O direito de regresso contra o agente causador do dano pode ser exercido pelas pessoas jurídicas de direito público e pelas de direito privado prestadoras de serviços públicos em qualquer hipótese de dano causado a terceiros, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros no exercício de suas funções, sendo-lhes assegurado o direito de regresso contra o agente responsável quando demonstrado dolo ou culpa deste.
- (D) Apenas as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes, estando as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos excluídas desse regime de responsabilidade civil, aplicando-se a elas as regras do direito privado.

**34.** A Portaria MGI nº 6.719/2024 introduz definições precisas para orientar a identificação de condutas abusivas e a gestão de riscos psicossociais no serviço público federal. Sobre os conceitos de assédio, discriminação e organização do trabalho estabelecidos no referido Plano, assinale a alternativa correta.

- (A) O assédio moral organizacional caracteriza-se como um conjunto de condutas abusivas que, embora não necessariamente amparadas por métodos gerenciais, visam à ofensa pontual à dignidade de um servidor específico por questões de foro íntimo do gestor.
- (B) A organização do trabalho compreende o conjunto de normas, processos e práticas que modulam as relações hierárquicas, a divisão das tarefas e os critérios de desempenho, sendo fator determinante na análise da transversalidade das situações de violência.
- (C) A discriminação é definida exclusivamente como a exclusão fundada em raça, sexo ou idade, não abrangendo distinções baseadas em opinião política ou ascendência nacional, as quais devem ser tratadas como conflitos interpessoais comuns.
- (D) O letramento em gênero e raça é definido como o conjunto de medidas punitivas e correccionais aplicadas a gestores que reincidem em práticas de racismo, visando à segregação administrativa do agressor para garantir a integridade do ambiente laboral.

**35.** A autonomia financeira das universidades federais é exercida dentro dos limites da legislação orçamentária e das fontes de receita previstas em seus estatutos. No que tange à composição e à disciplina dos recursos financeiros da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), assinale a alternativa correta.

- (A) As dotações orçamentárias da UNILAB são provenientes exclusivamente do Orçamento Geral da União (OGU), sendo vedada, por força do princípio da unidade orçamentária, a recepção de recursos oriundos de orçamentos estaduais ou municipais.
- (B) As receitas obtidas por meio de direitos autorais, patentes e exploração de marcas pertencentes à Instituição devem ser obrigatoriamente revertidas ao Tesouro Nacional, não integrando o rol de recursos financeiros próprios da Universidade.
- (C) A celebração de contratos e convênios com organismos internacionais constitui fonte de recurso extraordinária que depende de prévia autorização legislativa específica para cada instrumento firmado, dada a natureza da dotação.
- (D) O Regimento Geral da UNILAB estabelecerá as diretrizes para elaboração e execução orçamentárias, de acordo com a legislação em vigor.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**36.** A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), em seu item 1.5, estabelece o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) como obrigação do empregador, compreendendo a identificação de perigos, a avaliação e o controle dos riscos ocupacionais, a definição de responsabilidades, a observância da hierarquia das medidas de prevenção e a preparação para emergências. Considerando exclusivamente o disposto no item 1.5 da NR-1, assinale a alternativa que está integralmente conforme a norma.

- (A) Implementar o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, contemplando a identificação de perigos, a avaliação e o controle dos riscos ocupacionais, a definição de responsabilidades, a observância da hierarquia das medidas de prevenção e a preparação para emergências.
- (B) Implementar o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais restrito aos riscos físicos e químicos, dispensando a identificação e o controle de riscos ergonômicos e psicossociais.
- (C) Delegar aos trabalhadores a responsabilidade integral pela implementação do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, limitando o empregador ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual.
- (D) Substituir a hierarquia das medidas de prevenção pela adoção prioritária e permanente de Equipamentos de Proteção Individual como principal medida de controle.

**37.** Durante fiscalização em obra de edifício de múltiplos pavimentos, a Auditoria-Fiscal do Trabalho identifica trabalhadores executando atividades em altura sem proteção coletiva adequada, com plataformas improvisadas, ausência de guarda-corpo e risco imediato de queda grave ou fatal, sendo solicitado pelo empregador prazo para regularização sob alegação de impacto econômico da paralisação. Nos termos da NR-3, no que se refere à caracterização de grave e iminente risco e à competência da Auditoria-Fiscal do Trabalho para embargo ou interdição, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo aplicável à situação descrita.

- (A) Emitir notificação com prazo para adequação, postergando a interdição até eventual descumprimento das medidas indicadas.
- (B) Restringir a atuação fiscal à orientação técnica, por se tratar de obra temporária em fase de execução.
- (C) Determinar interdição imediata da atividade ou do local, diante da caracterização de grave e iminente risco, mantendo a medida até a eliminação do risco.
- (D) Condicionar a interdição à autorização judicial prévia, em razão da suspensão temporária da atividade econômica.

**38.** A Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4) dispõe, em seu item 4.2 e nos Quadros I e II, acerca da obrigatoriedade de constituição e o dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Com base no item 4.2 e nos Quadros I e II da NR-4, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao critério normativo de exigibilidade e dimensionamento do SESMT.

- (A) A constituição do SESMT é obrigatória apenas para empresas industriais, independentemente do grau de risco da atividade principal ou do número de empregados.
- (B) As atribuições do SESMT podem ser delegadas integralmente aos trabalhadores, limitando-se a responsabilidade do empregador ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual.
- (C) A existência de normas internas de segurança dispensa a constituição do SESMT, ainda que presentes os critérios de obrigatoriedade previstos na NR-4.
- (D) A constituição do SESMT é obrigatória conforme o grau de risco da atividade principal do estabelecimento e o número de empregados, cabendo ao empregador promover seu dimensionamento segundo os critérios previstos nos Quadros I e II da NR-4.

**39.** A Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), em seu item 6.6.1, estabelece as obrigações do empregador quanto ao fornecimento e à gestão dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI). À luz do item 6.6.1 da NR-6, assinale a alternativa que reproduz integralmente a obrigação atribuída ao empregador.

- (A) Fornecer gratuitamente EPI adequado ao risco, com Certificado de Aprovação válido, exigir seu uso e responsabilizar-se por sua higienização, manutenção e substituição quando danificado ou extraviado.
- (B) Transferir ao trabalhador a escolha do EPI, dispensando a exigência de Certificado de Aprovação válido e limitando-se a fornecer orientação quanto ao uso.
- (C) Tornar facultativo o uso do EPI quando houver proteção coletiva eficaz, dispensando o controle formal de fornecimento e de substituição.
- (D) Limitar a responsabilidade do empregador à simples entrega do equipamento, independentemente da existência de Certificado de Aprovação válido ou de exigência de uso.

**40.** Durante inspeção em indústria de processamento químico, constatou-se exposição a ruído contínuo elevado, vapores orgânicos e aerossóis biológicos, além de ausência de exaustão localizada adequada e uso irregular de Equipamentos de Proteção Individual. Nos termos da NR-9, no que se refere ao reconhecimento das exposições ocupacionais, à avaliação qualitativa e quantitativa e à observância da hierarquia das medidas de controle, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo aplicável à situação descrita.

- (A) Reconhecer as exposições ocupacionais, dispensar avaliações quantitativas e priorizar Equipamentos de Proteção Individual como principal medida permanente de controle.
- (B) Reconhecer as exposições ocupacionais, realizar somente avaliação quantitativa e postergar a implementação de medidas de controle coletivo necessárias.
- (C) Reconhecer as exposições ocupacionais, limitar-se à avaliação qualitativa e substituir medidas de controle coletivo por medidas administrativas permanentes.
- (D) Reconhecer as exposições ocupacionais, realizar avaliações qualitativas e quantitativas, priorizar medidas de controle coletivo, adotar medidas administrativas e utilizar Equipamentos de Proteção Individual de forma complementar.

**41.** A Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), em seus princípios gerais e disposições relativas à apreciação de riscos, às medidas de proteção e à manutenção de máquinas e equipamentos, estabelece a obrigatoriedade de identificação dos riscos, adoção prioritária de medidas de proteção coletiva, implementação de procedimentos de trabalho seguro e realização de manutenção adequada. Com base exclusivamente nessas disposições normativas, assinale a alternativa que corresponde integralmente às exigências estabelecidas pela NR-12.

- (A) Identificar os riscos existentes e priorizar Equipamentos de Proteção Individual como principal medida permanente de controle, mantendo proteções coletivas apenas quando tecnicamente inviáveis.
- (B) Identificar os riscos associados às máquinas e equipamentos, realizar apreciação de riscos, adotar medidas de proteção coletiva, estabelecer procedimentos de trabalho seguro e assegurar manutenção preventiva adequada.
- (C) Avaliar os riscos somente no momento da aquisição das máquinas, dispensar procedimentos formais de trabalho seguro e concentrar as ações preventivas exclusivamente em treinamentos periódicos.
- (D) Substituir medidas de proteção coletiva por medidas administrativas e manter a operação contínua das máquinas com manutenção apenas corretiva eventual.

**42.** Durante fiscalização em empresa de abastecimento de combustíveis, constatou-se que trabalhadores realizam transferência habitual de líquidos inflamáveis em área de risco. Nos termos da NR-16, especialmente do Anexo 2 (Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis), no que se refere ao enquadramento da atividade e ao direito ao adicional de periculosidade, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo aplicável à situação descrita.

- (A) Reconhecer a atividade como perigosa apenas após a ocorrência de acidente, condicionando o enquadramento à comprovação de dano efetivo ao trabalhador.
- (B) Reconhecer a atividade como perigosa conforme os critérios do Anexo 2 da NR-16, não sendo descaracterizada pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, assegurando o adicional enquanto persistirem as condições de risco.
- (C) Descaracterizar a periculosidade em razão do fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual e da adoção de procedimentos operacionais padronizados.
- (D) Reclassificar a atividade como insalubre, exigir laudo médico individual e restringir o pagamento do adicional correspondente.

**43.** Em fiscalização realizada em canteiro de obras, constatou-se a inexistência de Programa de Gerenciamento de Riscos específico da obra, execução de trabalho a quente sem permissão formal, áreas de vivência inadequadas e realização de trabalho em altura sem proteção coletiva. Consideradas as obrigações regulamentares incidentes sobre a situação descrita, selecione a alternativa que se encontra integralmente alinhada às exigências da NR-18.

- (A) Priorizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual, dispensar Programa de Gerenciamento de Riscos específico da obra e permitir trabalho a quente eventual sem formalização.
- (B) Adotar Programa de Gerenciamento de Riscos genérico aplicável à empresa, tolerar trabalho a quente sem autorização formal e substituir proteção coletiva por medidas administrativas.
- (C) Elaborar e implementar Programa de Gerenciamento de Riscos específico da obra, instituir controle formal para trabalho a quente, adequar as áreas de vivência e instalar proteção coletiva contra quedas em altura.
- (D) Postergar a implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos específico da obra e autorizar trabalho a quente sem controle formal sistemático.

44. Em unidade de diagnóstico por imagem integrada a laboratório clínico, realizam-se manipulação de amostras biológicas e operação de equipamentos emissores de radiação ionizante. À vista das disposições da NR-32 relativas à classificação dos riscos biológicos e à implementação de proteção radiológica em serviços de saúde, identifique a alternativa que contempla de forma integral as obrigações impostas ao empregador na situação descrita.

- (A) Priorizar exclusivamente o uso de Equipamentos de Proteção Individual, dispensando a classificação formal dos riscos biológicos e a implementação de medidas estruturadas de proteção radiológica.
- (B) Restringir as medidas de controle apenas aos trabalhadores expostos à radiação ionizante, omitindo ações preventivas relativas aos riscos biológicos existentes.
- (C) Adotar providências apenas após a ocorrência de acidentes, dispensando medidas sistemáticas de prevenção e proteção radiológica.
- (D) Identificar e classificar os riscos biológicos presentes, implementar programa de proteção radiológica e adotar medidas integradas de controle coletivo e individual.

45. Em atividade de manutenção executada em estrutura metálica situada a oito metros de altura, constatou-se inexistência de Análise Preliminar de Riscos (APR), ausência de proteção coletiva contra quedas, utilização de cinturão tipo paraquedista sem sistema de ancoragem certificado e ocorrência simultânea de condições climáticas adversas e sinais de fadiga. Nesse contexto, consideradas as exigências expressamente estabelecidas na NR-35 quanto à análise de riscos, à adoção de medidas de proteção coletiva, à utilização de sistemas de proteção contra quedas e à observância de condições impeditivas, assinale a alternativa que traduz integralmente a providência obrigatória a ser adotada pelo empregador.

- (A) Interromper a atividade, elaborar a Análise Preliminar de Riscos, implementar proteção coletiva adequada, assegurar sistema de proteção contra quedas com ancoragem certificada e suspender o trabalho diante de condições impeditivas.
- (B) Manter a atividade, dispensar a Análise Preliminar de Riscos, adotar exclusivamente Equipamentos de Proteção Individual, permitir sistema de ancoragem não certificado e prosseguir o trabalho mesmo diante de condições impeditivas.
- (C) Autorizar a atividade, substituir proteção coletiva por medidas administrativas, admitir sistema de ancoragem não certificado, dispensar Análise Preliminar de Riscos formal e permitir continuidade do trabalho em condições impeditivas.
- (D) Delegar a responsabilidade ao trabalhador, dispensar a Análise Preliminar de Riscos formal, substituir proteção coletiva por Equipamentos de Proteção Individual e permitir execução do trabalho mesmo diante de condições impeditivas.

46. Durante avaliação quantitativa de higiene ocupacional em indústria química, identificaram-se exposições simultâneas a agentes físicos e químicos. Nesse contexto, considerada a natureza jurídica da NR-15 como norma regulamentadora de observância obrigatória quanto aos limites de tolerância e aos critérios de caracterização da insalubridade, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à conduta exigida pelo ordenamento aplicável.

- (A) Aplicar valores internacionais de exposição como referência técnica complementar, ainda que superiores aos limites de tolerância previstos nos anexos da NR-15.
- (B) Aplicar parâmetros internacionais considerados mais atualizados para substituir os limites de tolerância fixados nos anexos da NR-15.
- (C) Aplicar os limites de tolerância previstos nos anexos da NR-15, observando os critérios técnicos estabelecidos para caracterização e enquadramento da insalubridade.
- (D) Desconsiderar a avaliação quantitativa prevista na NR-15 quando existirem recomendações técnicas estrangeiras consideradas mais protetivas.

47. No âmbito da higiene ocupacional, a relação dose-resposta e os processos de toxicodinâmica e toxicocinética fundamentam a interpretação dos efeitos biológicos decorrentes da exposição a agentes nocivos, enquanto a NHO-01 estabelece procedimentos técnicos para avaliação quantitativa da exposição ocupacional ao ruído. Nesse contexto, consideradas exclusivamente essas bases conceituais e normativas, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao procedimento técnico exigido.

- (A) Substituir a análise dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética pela aplicação isolada de critérios clínicos subjetivos na avaliação da exposição ocupacional ao ruído.
- (B) Aplicar a análise dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética sem observar os critérios técnicos de avaliação quantitativa previstos na NHO-01 para o ruído ocupacional.
- (C) Integrar a análise dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética à aplicação dos critérios técnicos de avaliação quantitativa previstos na NHO-01 para caracterização da exposição ocupacional ao ruído.
- (D) Utilizar critérios técnicos de avaliação quantitativa não previstos na NHO-01, desconsiderando a análise dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética na caracterização da exposição ocupacional ao ruído.

**48.** Durante a avaliação das condições térmicas em ambiente de trabalho, impõe-se a integração entre fundamentos toxicológicos e os procedimentos técnicos previstos na NHO-06 para caracterização da exposição ocupacional ao calor. Nesse contexto, consideradas exclusivamente essas bases conceituais e normativas, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao procedimento técnico exigido.

- (A) Integrar a relação dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética à aplicação dos critérios técnicos de avaliação quantitativa previstos na NHO-06, incluindo a determinação do IBUTG para caracterização da exposição ocupacional ao calor.
- (B) Aplicar os critérios técnicos de avaliação previstos na NHO-06 sem considerar a relação dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética na caracterização da exposição ocupacional ao calor.
- (C) Integrar a relação dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética, dispensando a aplicação dos critérios técnicos de avaliação quantitativa previstos na NHO-06 para o calor ocupacional.
- (D) Utilizar critérios clínicos subjetivos para avaliação da exposição ocupacional ao calor, substituindo a aplicação dos procedimentos técnicos previstos na NHO-06.

**49.** Durante avaliação de atividade com exposição a contaminantes inaláveis acima dos limites de tolerância, constatou-se a necessidade de adoção de proteção respiratória como medida complementar às ações de controle coletivo e administrativo. Nesse contexto, considerados exclusivamente os princípios do Programa de Proteção Respiratória (PPR), o conceito de Fator de Proteção Requerido (FPR) e o conceito de Fator de Proteção Atribuído (FPA), examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao procedimento técnico exigido.

- (A) Determinar o FPR com base na concentração do contaminante, selecionar respirador independentemente da relação entre FPR e FPA e dispensar treinamento, ensaio de vedação e manutenção conforme o PPR.
- (B) Determinar o FPR com base na concentração do contaminante, selecionar respirador cujo FPA seja igual ou superior ao FPR e assegurar treinamento, ensaio de vedação e manutenção conforme o PPR.
- (C) Determinar o FPR com base na concentração do contaminante, selecionar respirador com FPA inferior ao FPR e assegurar uso contínuo sem ensaio de vedação e manutenção conforme o PPR.
- (D) Determinar o FPR com base na concentração do contaminante, selecionar respirador sem considerar o FPA e assegurar treinamento, ensaio de vedação e manutenção fora dos critérios do PPR.

**50.** Durante auditoria em ambiente industrial com exposição crônica a ruído acima dos níveis de ação, constatou-se a necessidade de adequação do Programa de Conservação Auditiva (PCA). Nesse contexto, considerados exclusivamente os princípios técnicos do PCA, os métodos de atenuação de longo prazo e a utilização de equipamentos apropriados para avaliação quantitativa da intensidade do ruído ocupacional, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à providência técnica exigida.

- (A) Implementar o PCA com avaliação quantitativa pontual, adoção exclusiva de protetores auditivos, monitoramento audiométrico eventual e ausência de controles de engenharia estruturados.
- (B) Implementar o PCA com avaliação baseada em percepção subjetiva do ruído, adoção de medidas administrativas isoladas, monitoramento clínico não periódico e ausência de quantificação instrumental.
- (C) Implementar o PCA com medições ambientais descontinuadas, substituição de controles de engenharia por rodízio operacional e realização de audiometrias apenas admissionais e demissionais.
- (D) Implementar o PCA com avaliação quantitativa mediante dosimetria ou medição integradora, adoção de controles de engenharia, monitoramento audiométrico periódico e treinamento sistemático dos trabalhadores expostos.

**51.** Na abordagem teórica da ergonomia, os riscos psicossociais resultam da interação entre organização e gestão do trabalho, exigências físicas das tarefas e respostas humanas às cargas biomecânicas. Nesse contexto, considerando exclusivamente esses fundamentos conceituais, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à articulação teórica entre biomecânica ocupacional e riscos psicossociais.

- (A) Compreender a ergonomia como adaptação exclusivamente física do posto de trabalho, dissociando exigências biomecânicas da organização do trabalho e afastando a análise dos riscos psicossociais.
- (B) Compreender a ergonomia como integração entre organização e gestão do trabalho, exigências físicas das tarefas e respostas biomecânicas, reconhecendo a influência dessa interação na configuração dos riscos psicossociais.
- (C) Compreender a ergonomia como abordagem restrita aos riscos psicossociais, excluindo a análise das exigências físicas das tarefas e das cargas biomecânicas ocupacionais.
- (D) Compreender a ergonomia como conjunto de ajustes pontuais de mobiliário, desconsiderando a interação entre organização do trabalho, exigências físicas e respostas biomecânicas.

**52.** Um laboratório clínico que manipula agentes biológicos potencialmente patogênicos utiliza sistemas de climatização artificial e executa procedimentos conforme o grupo de risco biológico estabelecido pelo Ministério da Saúde, e impõe-se o atendimento simultâneo aos padrões referenciais de qualidade do ar interior definidos pela ANVISA e às medidas de contenção compatíveis com a classificação do agente biológico. Nesse contexto, consideradas exclusivamente essas exigências normativas de caráter cumulativo e obrigatório, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à conduta exigida.

- (A) Implementar apenas padrões de qualidade do ar interior conforme normativos da ANVISA, dispensando medidas de contenção relacionadas ao grupo de risco biológico.
- (B) Implementar apenas medidas de contenção relacionadas ao grupo de risco biológico, independentemente da observância dos padrões referenciais de qualidade do ar interior.
- (C) Implementar padrões de qualidade do ar interior conforme normativos da ANVISA e adotar medidas de contenção compatíveis com o grupo de risco biológico estabelecido pelo Ministério da Saúde.
- (D) Adotar providências preventivas somente após incidentes laboratoriais, sem cumprimento prévio cumulativo dos padrões de qualidade do ar e das medidas de contenção.

**53.** O Decreto nº 6.833/2009 institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), estruturando-o como modelo de gestão compartilhada das ações de atenção à saúde do servidor e estabelecendo competências de natureza estratégica para o Comitê Gestor. Nesse contexto, considerando exclusivamente as disposições do referido decreto quanto à organização sistêmica do SIASS, à integração das ações de atenção à saúde e às atribuições do Comitê Gestor, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao comando normativo.

- (A) Integrar as ações de perícia oficial em saúde, vigilância aos ambientes e processos de trabalho, promoção e prevenção em saúde, cabendo ao Comitê Gestor estabelecer diretrizes, normas e orientações de caráter estratégico para o funcionamento do subsistema.
- (B) Restringir o SIASS à realização de perícias médicas individuais de forma isolada, mantendo as ações de vigilância, promoção e prevenção sob responsabilidade exclusiva e não integrada de cada órgão da administração pública federal.
- (C) Assegurar autonomia plena aos órgãos e entidades para instituir políticas próprias de atenção à saúde do servidor sem observância das diretrizes centrais estabelecidas no âmbito do SIASS.
- (D) Atribuir ao Comitê Gestor a execução direta das perícias oficiais em saúde, das ações de vigilância e das atividades administrativas das unidades integrantes do subsistema.

**54.** No ordenamento jurídico brasileiro, o conceito de acidente do trabalho apresenta definições específicas conforme o regime jurídico do trabalhador. Considerando exclusivamente as disposições da Lei nº 8.213/1991 e da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao conceito legal de acidente do trabalho.

- (A) Limitar acidente do trabalho aos eventos ocorridos no interior do estabelecimento do empregador, excluindo situações ocorridas fora do local de trabalho ou em serviço.
- (B) Caracterizar acidente do trabalho como evento ocorrido pelo exercício do trabalho ou das atribuições do cargo que cause lesão corporal, perturbação funcional, dano físico ou mental ou morte.
- (C) Vincular acidente do trabalho apenas aos eventos com afastamento superior a quinze dias, independentemente da existência de nexos causal entre o trabalho e o agravo.
- (D) Reconhecer acidente do trabalho somente quando houver culpa direta do empregador ou da administração pública, ainda que presente o nexos causal com a atividade.

**55.** Em uma ação judicial que discute adicional de insalubridade e a ocorrência de acidente de trabalho, o juiz determina a realização de perícia técnica. Após a juntada do laudo aos autos, uma das partes alega a existência de falhas na análise das condições de trabalho. Nesse contexto, considerando exclusivamente o regime jurídico da prova pericial no Código de Processo Civil, sua aplicação ao processo do trabalho e os fundamentos legais da prova técnica, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à providência processual cabível.

- (A) Vincular o juiz às conclusões do laudo pericial, vedando a manifestação das partes, a solicitação de esclarecimentos técnicos e a realização de nova perícia complementar.
- (B) Condicionar a impugnação do laudo à comprovação de dolo ou culpa do perito, impedindo a formulação de quesitos suplementares e a prestação de esclarecimentos técnicos em juízo.
- (C) Impedir a realização de nova perícia mesmo diante de prova técnica inconclusiva, restringindo a decisão judicial às conclusões constantes exclusivamente do laudo apresentado.
- (D) Admitir a manifestação das partes sobre o laudo, possibilitar a formulação de quesitos suplementares, determinar esclarecimentos ao perito e, quando a prova se mostrar insuficiente, autorizar a realização de nova perícia.

**56.** No âmbito da Administração Pública Federal, um servidor exerce atividades com exposição a agentes físicos potencialmente nocivos e requer a concessão de adicional remuneratório. A unidade de gestão de pessoas instaura procedimento administrativo para verificação das condições ambientais de trabalho. Nesse contexto, considerando exclusivamente as disposições da Instrução Normativa SGP/SEGEGG/ME nº 15/2022, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao comando normativo aplicável.

- (A) A concessão dos adicionais e da gratificação depende de avaliação ambiental formal, caracterização da exposição habitual ou permanente e emissão de laudo técnico pericial, não decorrendo automaticamente do cargo, da função ou da unidade de lotação.
- (B) A concessão dos adicionais e da gratificação decorre automaticamente da lotação do servidor em unidade considerada de risco, sendo dispensadas a avaliação ambiental, a caracterização da exposição e a emissão de laudo técnico pericial.
- (C) É admitida a percepção cumulativa de adicional de insalubridade com adicional de periculosidade e de adicional de irradiação ionizante com gratificação por trabalhos com raios X, desde que exista laudo técnico pericial.
- (D) A concessão dos adicionais e da gratificação pode ocorrer por decisão administrativa sem avaliação ambiental formal, ainda que não haja caracterização de exposição habitual ou permanente mediante laudo técnico pericial.

**57.** No desenvolvimento de atividades experimentais em laboratório que manipulam agentes biológicos classificados segundo critérios de risco estabelecidos pelo Ministério da Saúde, os procedimentos devem observar medidas de biossegurança proporcionais ao grupo de risco do agente manipulado, destinadas à prevenção da exposição ocupacional e à proteção da saúde e do ambiente. Considerando os princípios técnicos que orientam medidas de controle e prevenção em biossegurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Priorizar exclusivamente a qualidade do ar interior como estratégia suficiente para prevenir riscos biológicos em ambientes laboratoriais.
- (B) Basear o controle dos riscos laboratoriais apenas na utilização de equipamentos de proteção individual, independentemente da classificação do agente biológico.
- (C) Adotar medidas de biossegurança somente após incidentes laboratoriais que indiquem exposição ocupacional significativa a agentes biológicos.
- (D) Implementar medidas de contenção proporcionais ao risco do agente biológico, associadas a práticas laboratoriais seguras e controle da exposição ocupacional.

**58.** A Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) estrutura-se em eixos institucionais formalmente definidos, com denominação específica e natureza organizadora das ações integradas de atenção à saúde do servidor. Tomando por referência exclusiva a nomenclatura oficial desses eixos, conforme estabelecida na PASS, indique a alternativa que apresenta correspondência integral e literal com o rol normativo.

- (A) Promoção da Saúde; Vigilância Epidemiológica; Prevenção de Agravos; Assistência Médica; Perícia Administrativa.
- (B) Promoção da Saúde; Vigilância em Saúde; Prevenção de Agravos; Assistência à Saúde; Perícia em Saúde.
- (C) Promoção da Qualidade de Vida; Vigilância em Saúde; Prevenção de Doenças; Assistência à Saúde; Perícia Médica.
- (D) Promoção da Saúde; Monitoramento Funcional; Prevenção de Agravos; Assistência Previdenciária; Perícia em Saúde.

**59.** Um servidor público federal, no exercício habitual de suas atribuições, passa a atuar em condições insalubres ou perigosas, sendo instaurado procedimento administrativo com realização de perícia para verificação das condições de trabalho. Com fundamento exclusivo nos arts. 68 a 72 da Lei nº 8.112/1990, indique a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo.

- (A) O servidor poderá perceber simultaneamente os adicionais de insalubridade e periculosidade quando houver exposição concomitante a agentes distintos devidamente caracterizados por laudo técnico.
- (B) O adicional será devido em razão da simples constatação administrativa das condições de risco, independentemente de caracterização por perícia oficial.
- (C) O servidor que trabalhar habitualmente em condições insalubres ou perigosas faz jus ao adicional após caracterização por perícia técnica, sendo vedada a percepção cumulativa entre eles.
- (D) O adicional será concedido automaticamente em razão das atribuições do cargo efetivo, desde que previsto em regulamento interno do órgão.

**60.** O art. 12 da Lei nº 8.270/1991 assegura a manutenção da gratificação por atividades com raios X ou substâncias radioativas, condicionando sua percepção à observância da legislação específica que disciplina a matéria. O Decreto nº 81.384/1978 estabelece os critérios técnicos para a caracterização das atividades e para a concessão da referida vantagem. Com fundamento exclusivo nesses dispositivos, no que se refere à natureza jurídica da gratificação e às condições para sua concessão, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo.

- (A)** A gratificação é mantida pela Lei nº 8.270/1991 e sua concessão permanece condicionada ao atendimento dos critérios técnicos definidos na legislação específica regulamentada pelo Decreto nº 81.384/1978.
- (B)** A Lei nº 8.270/1991 instituiu gratificação autônoma e desvinculada de regulamentação técnica, tornando inaplicáveis as disposições do Decreto nº 81.384/1978.
- (C)** O Decreto nº 81.384/1978 autoriza a concessão automática da gratificação aos servidores que exerçam atividades em unidades que utilizem radiação ionizante, independentemente de caracterização técnica.
- (D)** A concessão da gratificação constitui ato discricionário da Administração, podendo ser deferida por decisão administrativa ainda que ausente a caracterização das condições previstas na legislação específica.

# UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

## CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE VAGAS DA CARREIRA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NÍVEL SUPERIOR

**01110 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – TIPO B**

Frase: **Bem coletivo deve prevalecer.**  
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



## CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

• Texto para as questões de 1 a 5.

#### Mudanças Climáticas e Eventos Atmosféricos: A Frente Fria Pós-Carnaval e Seus Efeitos no Brasil

Nos dias subsequentes ao Carnaval de 2026, o Brasil passou por uma mudança significativa no padrão meteorológico devido ao avanço de uma frente fria que rompeu o regime de clima quente e estável característico dessa época do ano. Durante o período festivo, grande parte do território nacional experimentou tempo predominantemente ensolarado, altas temperaturas e baixa instabilidade atmosférica.

A chegada dessa frente fria desencadeou alterações relevantes na dinâmica atmosférica, promovendo aumento da nebulosidade, queda gradual das temperaturas e elevação do risco de temporais, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Tais frentes configuram-se como importantes mecanismos de reorganização climática, resultantes do avanço de massas de ar frio sobre áreas previamente aquecidas.

Do ponto de vista ecológico, a mudança abrupta nas condições climáticas impacta diretamente os ecossistemas terrestres e aquáticos. A intensificação das chuvas interfere no ciclo hidrológico, no transporte de nutrientes e na estabilidade do solo, afetando comunidades biológicas sensíveis às variações térmicas e pluviométricas.

Além disso, a redução das temperaturas máximas influencia processos fisiológicos de plantas e animais, podendo alterar ciclos reprodutivos, padrões de crescimento e estratégias adaptativas. Esses efeitos evidenciam a estreita relação entre eventos atmosféricos e respostas biológicas em ambientes naturais.

O aumento do risco de temporais exige atenção das autoridades ambientais e de defesa civil, uma vez que precipitações intensas podem ocasionar alagamentos, erosões e deslizamentos. O monitoramento meteorológico contínuo torna-se, assim, ferramenta indispensável para a mitigação de impactos socioambientais.

Em síntese, a frente fria observada após o Carnaval de 2026 ilustra a complexidade das interações entre atmosfera e biosfera. A compreensão científica desses eventos contribui para o aprimoramento das previsões climáticas e para a formulação de estratégias de conservação ambiental.

Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/02/19/frente-fria-muda-o-tempo-apos-carnaval-de-sol-e-calor-e-eleva-risco-de-temporais.ghtml>.

Adaptado. Acesso em: 19 fev. 2026.

1. Considerando a progressão temática do texto, a articulação entre os aspectos meteorológicos e ecológicos e a conclusão apresentada pelo autor, assinale a alternativa que sintetiza, de forma mais abrangente e fiel, a ideia central desenvolvida no texto.

- (A) A frente fria mencionada promoveu a cessação definitiva do calor característico do verão brasileiro.
- (B) A atuação de uma frente fria após o Carnaval de 2026 rompeu o padrão de estabilidade atmosférica predominante, desencadeando instabilidades climáticas com potenciais impactos ambientais no território brasileiro.
- (C) O texto restringe-se à apresentação de dados estatísticos sobre temperatura e precipitação, sem estabelecer relações com processos ecológicos.
- (D) As alterações climáticas descritas no texto não produzem efeitos significativos sobre os ecossistemas naturais.

2. Considerando as características estruturais, a finalidade comunicativa e o tratamento dado às informações científicas no texto, marque a alternativa que identifica corretamente o gênero textual predominante.

- (A) Relato pessoal, centrado na experiência individual do narrador.
- (B) Texto literário de cunho narrativo, marcado pela subjetividade do autor.
- (C) Reportagem científica, que articula dados meteorológicos a análises ecológicas em linguagem informativa e objetiva.
- (D) Texto publicitário, voltado à persuasão do leitor por meio de estratégias argumentativas.

3. Considerando o texto-base e as normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, bem como as exigências de correção linguística aplicáveis à redação institucional de alto nível, assinale a alternativa correta.

- (A) O substantivo Carnaval, por designar evento recorrente e não entidade única, deve ser grafado com inicial minúscula, ainda que se refira à festividade oficialmente reconhecida no calendário nacional.
- (B) O vocábulo “socioambientais” deveria ser grafado com hífen, pois a ausência desse sinal descaracteriza a relação semântica entre o prefixo “socio” e o substantivo base, contrariando o princípio de transparência morfológica.
- (C) As formas “atmosférica”, “climática” e “fisiológicos” apresentam inadequação ortográfica, visto que a supressão do acento gráfico seria facultativa após o Acordo Ortográfico, que flexibilizou a acentuação das proparoxítonas.
- (D) As palavras e expressões empregadas no texto atendem às normas da ortografia oficial da língua portuguesa, observando-se corretamente as regras de acentuação gráfica, o uso ou a ausência do hífen em formações prefixais, a grafia de termos técnico-científicos consagrados e a distinção normativa entre maiúsculas e minúsculas em substantivos próprios e comuns.

4. Com base no texto, indique a alternativa em que a colocação do pronome átono está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, considerando as exceções e restrições sintáticas aplicáveis.

- (A) Em síntese, a frente fria observada após o Carnaval de 2026 ilustra a complexidade das interações entre atmosfera e biosfera, contribuindo-se para o aprimoramento das previsões climáticas.
- (B) A chegada dessa frente fria desencadeou alterações relevantes na dinâmica atmosférica, promovendo-lhes por meio do avanço de massas de ar frio sobre áreas previamente aquecidas.
- (C) Do ponto de vista ecológico, a mudança abrupta nas condições climáticas impacta diretamente os ecossistemas terrestres e aquáticos, afetando-os de maneira significativa.
- (D) O monitoramento meteorológico contínuo torna-se, assim, ferramenta indispensável para mitigar-se os impactos socioambientais decorrentes dos temporais.

5. Considerando o texto apresentado, bem como os efeitos sintáticos, semânticos e discursivos produzidos pelo emprego dos sinais de pontuação, marque a alternativa correta, à luz da norma-padrão da língua portuguesa e das convenções do texto científico-informativo.

- (A) O emprego dos sinais de pontuação, em especial vírgulas, pontos finais e conectores isolados por vírgulas, contribui para a organização sintática do texto, explicita relações lógico-discursivas — como causa, consequência, adição e conclusão — e favorece a clareza, a progressão temática e a precisão informativa características do gênero expositivo-científico.
- (B) As vírgulas empregadas no texto rompem a linearidade sintática ao separar termos essenciais da oração, o que gera ambiguidades interpretativas e compromete a objetividade do discurso científico.
- (C) A pontuação adotada no texto privilegia pausas rítmicas em detrimento da organização lógica, funcionando predominantemente como recurso estilístico, sem contribuição efetiva para a construção do sentido.
- (D) O uso frequente de períodos extensos, articulados por vírgulas, prejudica a progressão temática do texto, tornando a leitura fragmentada e dificultando a compreensão das relações de causa e consequência.

6. Com base no trecho apresentado a seguir, assinale a alternativa correta acerca do emprego e dos efeitos de sentido dos sinais de pontuação.

A velha escrivaniha, herdada de meu avô, guardava muitos segredos; no entanto, nenhum parecia tão instigante quanto a pequena gaveta trancada. Olhei em volta: a sala estava silenciosa, a poeira dançava no ar e a luz da tarde diminuía. Minhas mãos tremiam, sentindo a frieza do metal, quando decidi abrir o compartimento secreto. — Será que contém cartas de amor, mapas antigos ou apenas memórias esquecidas? — sussurrei para mim mesmo. O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego.

- (A) Em “Minhas mãos tremiam, sentindo a frieza do metal, quando decidi abrir o compartimento secreto”, as vírgulas são obrigatórias, pois isolam oração subordinada adjetiva explicativa, sem a qual o período se tornaria gramaticalmente incorreto.
- (B) No segmento “A velha escrivaniha, herdada de meu avô, guardava muitos segredos; no entanto, nenhum parecia tão instigante quanto a pequena gaveta trancada”, o ponto e vírgula poderia ser substituído por vírgula, sem prejuízo sintático ou semântico, uma vez que ambas as orações são curtas e coordenadas pela conjunção adversativa.
- (C) No trecho “Olhei em volta: a sala estava silenciosa, a poeira dançava no ar e a luz da tarde diminuía”, os dois-pontos são empregados de modo inadequado, pois deveriam ser substituídos por ponto final, já que introduzem orações independentes do ponto de vista sintático.
- (D) Em “O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego”, as vírgulas isolam a conjunção adversativa deslocada para o interior do período, recurso que enfatiza a quebra de expectativa e está de acordo com a norma-padrão.

7. Considere a situação a seguir.

Carlos teve de refazer um relatório porque os dados estavam errados. Irritado com o empecilho, comentou que “quebrou a cara” com o trabalho e foi ao banco resolver pendências antes de voltar ao escritório.

Com base nos mecanismos semânticos da língua portuguesa, indique a alternativa correta.

- (A) A expressão quebrou a cara exemplifica uso conotativo da linguagem, enquanto o termo banco ilustra um caso de homonímia; além disso, palavras como incompleto e inacabado podem ser consideradas sinônimas no contexto apresentado.
- (B) No enunciado “Carlos quebrou a cara com o trabalho”, a expressão é empregada em sentido denotativo, indicando uma ação física concreta, enquanto o termo banco apresenta relação de polissemia, por possuir sentidos distintos sem vínculo semântico.
- (C) As palavras incompleto e errado, usadas no contexto do relatório, estabelecem relação de sinonímia, pois ambas indicam ausência total de correção dos dados apresentados.
- (D) O uso do termo banco, no sentido de instituição financeira e de assento, exemplifica a paronímia, já que se trata de palavras semelhantes na grafia e no som, mas com significados diferentes.

8. À luz das normas e diretrizes estabelecidas no *Manual de Redação da Presidência da República*, especialmente no que se refere à elaboração de correspondências oficiais, assinale a alternativa correta quanto aos princípios estruturais, linguísticos e pragmáticos que regem a redação de expedientes na administração pública federal.

- (A) A formalidade exigida nos expedientes oficiais autoriza construções sintáticas excessivamente complexas e períodos longos, uma vez que a precisão conceitual se sobrepõe à necessidade de clareza e acessibilidade textual.
- (B) A redação oficial deve priorizar a expressividade individual do redator, admitindo variações estilísticas, figuras de linguagem e marcas subjetivas, desde que não comprometam a compreensão global da mensagem institucional.
- (C) A redação de correspondências oficiais deve observar, de forma concomitante, os princípios da impessoalidade, da clareza, da concisão, da formalidade e da padronização, de modo que o texto represente a instituição, e não o agente que o redige, evitando marcas de subjetividade, ambiguidade ou ornamentação linguística.
- (D) O uso da primeira pessoa do singular é recomendado em ofícios e memorandos, pois reforça a responsabilidade individual do servidor e confere maior transparência à comunicação administrativa.

9. Leia o texto a seguir.

“O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego.”

Considere que esse enunciado, quando inserido em um texto narrativo contemporâneo, pode dialogar implicitamente com uma tradição literária que explora a descoberta súbita como elemento estruturante da narrativa, recorrente em contos de mistério, romances psicológicos e narrativas de formação. Tal construção remete a outros textos nos quais o clímax se organiza a partir da revelação de um objeto, de uma informação ou de um segredo capaz de reconfigurar a percepção do narrador sobre si mesmo e sobre o mundo. A partir dessas considerações, assinale a alternativa correta quanto ao fenômeno da intertextualidade e às relações que se estabelecem entre textos.

- (A) O fragmento mobiliza intertextualidade implícita de natureza temática e discursiva, ao acionar, sem menção direta, um repertório narrativo compartilhado culturalmente, no qual a revelação funciona como eixo estruturador do sentido, exigindo do leitor competência intertextual para reconhecer esse diálogo.
- (B) O trecho apresentado configura exclusivamente intertextualidade explícita, uma vez que pressupõe a citação direta de um texto-fonte reconhecível pelo leitor, condição indispensável para a existência de diálogo entre textos.
- (C) O enunciado exemplifica intertextualidade formal, pois reproduz estruturas sintáticas idênticas às de textos canônicos, caracterizando imitação estilística obrigatória e consciente do autor em relação a um modelo anterior.
- (D) A relação estabelecida no trecho corresponde à paráfrase intertextual, visto que há repetição de conteúdo temático específico de um texto anterior, ainda que com alteração superficial da forma linguística.

10. Considere os enunciados a seguir, todos hipoteticamente extraídos de um relatório técnico-científico, e avalie-os à luz da norma-padrão da língua portuguesa, no que se refere à concordância nominal e à concordância verbal, inclusive em construções com sujeito posposto, expressões partitivas, núcleos complexos e predicativos deslocados.

Marque a alternativa correta.

- (A) Considerou-se irrelevante as variáveis climáticas e os indicadores ecológicos avaliados no estudo preliminar.
- (B) A maioria das alterações climáticas observadas após o evento extremo foram consideradas relevantes pelas autoridades competentes, haja vista estarem associadas a impactos ambientais significativos.
- (C) Seguem anexa ao relatório as tabelas e os gráficos explicativos, cuja análise detalhada evidenciam inconsistências metodológicas relevantes.
- (D) É necessário cautela e análises criteriosas na interpretação dos dados apresentados, sobretudo quando se trata de fenômenos atmosféricos complexos.

---

**Raciocínio Lógico**

---

11. Assinale a alternativa que apresenta uma sentença fechada.

- (A) Todo número inteiro positivo maior que 2 é par.
- (B) Se João tivesse estudado mais, teria sido aprovado no concurso.
- (C)  $x^2 - 5x + 6 = 0$
- (D) Quando ele chegar, começaremos a reunião.

---

12. Considere as proposições a seguir, ambas verdadeiras:

- p: O som é uma onda.  
q: A onda transporta energia.

Com base nessas proposições, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) O som não é uma onda se, e somente se, a onda transportar energia.
- (B) Ou o som é uma onda ou a onda não transporta energia.
- (C) Se o som é uma onda, então a onda não transporta energia.
- (D) O som não é uma onda ou a onda não transporta energia.

---

13. Considere as proposições compostas:

- $(P \wedge Q) \rightarrow P$
- $P \rightarrow (P \wedge Q)$

Essas proposições são, respectivamente, exemplos de:

- (A) contradição e contingência.
- (B) tautologia e contradição.
- (C) tautologia e contingência.
- (D) contingência e tautologia.

---

14. De acordo com as leis de De Morgan, o complementar da interseção é igual à união dos complementares. Assim, dado um conjunto universo  $U$ , seja  $X^c$  o complementar de  $X$  em relação a  $U$ . Considere o conjunto universo:  $U = \{1,2,3,4,5\}$  e os subconjuntos:  $A = \{1,2\}$  e  $B = \{2,4\}$ . O conjunto  $A^c \cup B^c$  é igual a:

- (A)  $\{1,3,4,5\}$ .
- (B)  $\{3,5\}$ .
- (C)  $\{2,3,4,5\}$ .
- (D)  $\{1,2,3,4,5\}$ .

---

15. Um programa municipal concede um auxílio mensal a estudantes, pagando R\$ 480,00 no primeiro mês. A cada mês seguinte, o valor do auxílio aumenta R\$ 30,00 em relação ao mês anterior. Sabendo que o benefício é pago durante 10 meses consecutivos, sem interrupções, o valor total recebido por cada estudante ao final do período, é de:

- (A) R\$ 7.950,00
- (B) R\$ 7.350,00
- (C) R\$ 6.750,00
- (D) R\$ 6.150,00

16. Considere quatro servidores: Henrique, Lúcia, Marcos e Patrícia, e quatro cargos distintos: Auditor, Analista, Técnico e Supervisor, sabendo que cada servidor exerce exatamente um cargo. Analise as informações a seguir:

- Henrique não é Auditor nem Técnico.
- Lúcia não é Supervisora.
- Marcos é Auditor ou Analista.
- Patrícia é Técnica.
- O Analista não é o Marcos.
- A Auditora não é a Lúcia.

Com base exclusivamente nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) Marcos é Supervisor e Lúcia é Analista.
- (B) Henrique é Supervisor e Lúcia é Analista.
- (C) Henrique é Analista e Lúcia é Auditora.
- (D) Marcos é Analista e Henrique é Supervisor.

17. Sejam verdadeiras as seguintes afirmações:

- João é filho de Tiago.
- Salete é irmã de Tiago.
- Valdo é pai de Ulisses.
- Hildo é filho de Salete e Valdo.

A conclusão necessariamente verdadeira obtida a partir dessas afirmações é a de que:

- (A) Valdo é avô de João.
- (B) Ulisses é irmão de Hildo.
- (C) Hildo é primo de João.
- (D) Tiago é primo de Valdo.

18. Em uma escola, foi realizada uma pesquisa com 180 alunos sobre o interesse em duas disciplinas: Matemática e Física. Os resultados foram:

- 92 alunos gostam de Matemática;
- 48 alunos gostam de ambas as disciplinas;
- 26 alunos não gostam de nenhuma das duas disciplinas.

Determine a quantidade de alunos que gostam exclusivamente de Física.

- (A) 50 alunos.
- (B) 36 alunos.
- (C) 42 alunos.
- (D) 62 alunos.

19. Considere os conjuntos:

$$A = \{2,4,6,8\}$$
$$B = \{1,4,5,6\}$$
$$C = \{3,4,6,9\}$$

O conjunto  $\{4,6\}$  é resultado da operação:

- (A)  $(A \cup C) - B$
- (B)  $(A \cap B) \cap C$
- (C)  $(A \cup B) - C$
- (D)  $(A \cap C) \cup B$

20. Uma cidade foi planejada em um sistema de quadras quadradas, cada uma medindo 40 metros de lado. Um entregador inicia seu trajeto em um ponto inicial  $P$  e realiza o seguinte percurso:

- caminha 5 quadras para o norte;
- depois, caminha 2 quadras para o leste;
- em seguida, caminha 3 quadras para o sul;
- por fim, caminha 1 quadra para o oeste e encerra o trajeto.

Ao analisar sua posição final, o entregador percebe que não percorreu o menor caminho possível entre o ponto inicial e o ponto final.

Considerando que o deslocamento ocorre apenas pelas ruas da cidade, a quantidade de metros que ele poderia ter economizado é:

- (A) 320 m.
- (B) 100 m.
- (C) 220 m.
- (D) 400 m.

RASCUNHO

---

**Noções de Informática**

---

**21.** Em uma auditoria, um servidor recebe o arquivo Controle\_Orcamentario.xlsx armazenado em uma pasta (diretório) de rede do Windows. No Excel, a pasta de trabalho contém a planilha Dados, com registros organizados em linhas e colunas com cabeçalhos, e a planilha Painel, que exibe um gráfico alimentado pelos dados de Dados. Para permitir a inserção de uma coluna no meio do conjunto e a inclusão de novas linhas ao final sem redefinir manualmente o intervalo de origem do gráfico, o intervalo de dados foi formatado como Tabela do Excel. Tendo por base o exposto, marque o item que informa a caracterização tecnicamente coerente dos conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos no cenário descrito.

- (A) A caracterização considera a pasta de trabalho como área de armazenamento temporário; os dados como células independentes de linhas e colunas; o gráfico como cópia estática dos valores no momento da criação; e a manutenção da atualização como dependente da recriação do gráfico após inserção de linhas e colunas.
- (B) A caracterização considera a pasta como diretório do Windows onde o arquivo está armazenado; a pasta de trabalho como o arquivo .xlsx que contém planilhas; os dados como células na interseção de linhas e colunas; o gráfico como objeto baseado no intervalo de células; e a Tabela do Excel como estrutura que expande o intervalo ao inserir colunas e acrescentar linhas, mantendo o gráfico atualizado.
- (C) A caracterização considera a pasta de trabalho como diretório do Windows que contém planilhas em arquivos separados; os dados como colunas horizontais e linhas verticais; o gráfico como arquivo autônomo fora do .xlsx; e a atualização automática como dependente apenas do nome do arquivo.
- (D) A caracterização considera a pasta de trabalho como uma única planilha; os dados como células identificadas por número da coluna e letra da linha; o gráfico como recurso que aceita somente dados de uma coluna por vez; e a atualização como independente do vínculo entre células e séries.

---

**22.** Durante a manutenção de uma estação de trabalho após queda de energia, foi necessário reconfigurar opções de inicialização no BIOS/UEFI, preparar um pendrive para dar boot em ferramentas de diagnóstico e utilizar o arquivo diagnostico.iso para criar a mídia inicializável. Tendo por base o exposto, marque o item que apresenta a associação tecnicamente coerente entre o tipo de memória responsável por manter as configurações do firmware, o periférico citado e a natureza da extensão .iso.

- (A) Associação: memória flash (SPI/EEPROM) do sistema como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como mídia removível de armazenamento em massa via USB; arquivo .iso como imagem de disco utilizada para replicar uma mídia (CD/DVD/USB) inicializável.
- (B) Associação: memória DRAM como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como dispositivo de entrada/saída operando como “memória de trabalho” temporária; arquivo .iso como arquivo compactado (ex.: ZIP) contendo instalador e utilitários.
- (C) Associação: memória ROM do firmware como armazenamento das configurações do BIOS/UEFI; pendrive como dispositivo de armazenamento em massa via USB; arquivo .iso como formato de imagem de disco para distribuição de sistemas e ferramentas de diagnóstico.
- (D) Associação: memória cache (L3) como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como dispositivo de armazenamento de baixa latência usado para acelerar a inicialização; arquivo .iso como conjunto de rotinas executáveis específicas do firmware (BIOS/UEFI).

---

**23.** Durante uma auditoria em estações com Windows 10 e Windows 11, constatou-se que o ícone “RelatórioMensal” na Área de Trabalho abria o arquivo C:\Dados\Relatórios\2026\RelatórioMensal.xlsx. Após reorganização de pastas, o arquivo foi movido para C:\Dados\Relatórios\2026\Fev\RelatórioMensal.xlsx, mantendo o mesmo nome. Para restabelecer o acesso sem duplicar o arquivo, um técnico decidiu substituir o item da Área de Trabalho por outro criado a partir do arquivo real, utilizando Copiar e a opção Colar atalho. Diante deste contexto, considera-se que o procedimento esperado corresponde:

- (A) A criação, na Área de Trabalho, de um arquivo de atalho “RelatórioMensal.xlsx” por “Copiar” e “Colar”, com atualização automática do destino do link quando o arquivo for movido entre subpastas.
- (B) A criação, na Área de Trabalho, de uma cópia do arquivo por meio de “Copiar” e “Colar”, mantendo o item “RelatórioMensal” atualizado para o novo caminho.
- (C) A criação, na Área de Trabalho, de um atalho para a pasta C:\Dados\Relatórios\2026\Fev, de modo que a abertura do relatório ocorra pela navegação até o arquivo dentro do diretório.
- (D) A criação, na Área de Trabalho, de um atalho apontando para C:\Dados\Relatórios\2026\Fev\RelatórioMensal.xlsx, obtido por “Copiar” do arquivo real e “Colar atalho”, preservando o arquivo no diretório de origem.

24. Em fevereiro de 2026, um órgão público revisa o Manual de Reuniões On-line, que ainda orienta o uso de Skype for Business Online e Google Hangouts para encontros com cidadãos e parceiros externos. A equipe de TI deve atualizar o documento para refletir o estado atual das ferramentas. Com base nas informações descritas, considera-se que a atualização técnica coerente corresponde à:

- (A) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Hangouts, com migração para Google Chat e integração das reuniões ao Google Duo, e a aposentadoria do Skype for Business Online em 5 de maio de 2025, com transição para Microsoft Teams.
- (B) atualização técnica que deve registrar a permanência do Google Hangouts no Google Workspace para reuniões externas e a continuidade do Skype for Business Online como serviço recomendado para reuniões institucionais com convidados.
- (C) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Hangouts, com migração para Google Chat e Google Meet, e a aposentadoria do Skype for Business Online em 31 de julho de 2021, com transição para Microsoft Teams, mantendo Teams, Meet e Zoom como plataformas de reunião.
- (D) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Meet, com retorno do Google Hangouts como solução principal de videoconferência, e a manutenção do Skype for Business Online no Microsoft 365 como componente de reuniões integrado ao Teams.

---

25. Em um órgão público, um setor precisa disponibilizar a uma equipe externa um conjunto de documentos armazenados em um serviço de nuvem, garantindo que (i) os arquivos permaneçam sob controle do órgão, (ii) os acessos sejam revogáveis a qualquer momento, (iii) alterações possam ser rastreadas por histórico de versões e registro de atividade, e (iv) o acesso pelos convidados ocorra preferencialmente via nuvem, sem exigir sincronização automática permanente para armazenamento local em seus dispositivos. Diante deste contexto, entende-se que a configuração condizente com fundamentos de armazenamento em nuvem corresponde à(ao):

- (A) compartilhamento por link ou convite a partir do repositório em nuvem do órgão, com permissões específicas (leitura/edição), possibilidade de revogação, histórico de versões e registro de atividade, mantendo os arquivos no repositório do órgão e permitindo acesso via nuvem com sincronização opcional e controlada.
- (B) publicação dos documentos por envio de anexos em e-mail institucional, mantendo-os hospedados no cliente de e-mail e controlando permissões pelo provedor SMTP.
- (C) criação de um arquivo compactado único e o envio por mensageria instantânea, assegurando controle de versões pelo aplicativo de mensagens e revogação centralizada pelo remetente.
- (D) cópia dos documentos para uma pasta local em cada computador da equipe externa, garantindo revogação de acesso por remoção do atalho na Área de Trabalho de cada usuário.

---

**Legislação Específica**

---

**26.** André, servidor público federal, observou que seu superior hierárquico vinha solicitando a fornecedores que participavam de licitações na instituição o pagamento de valores indevidos em troca de favorecimento nos processos de contratação. André, temendo represálias e prejuízos à sua carreira, decidiu não se envolver nas práticas irregulares, recusando-se a participar de qualquer ação que beneficiasse o esquema, mas optou por não comunicar formalmente o fato às autoridades competentes nem representar contra seu superior, mantendo-se em silêncio sobre a situação. Considerando os deveres fundamentais estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público, assinale a afirmativa correta.

- (A) A conduta de André está adequada aos deveres éticos estabelecidos no código, uma vez que o respeito à hierarquia impede a representação contra superiores hierárquicos, devendo o servidor limitar-se a não participar de ações imorais sem formalizar denúncias que possam comprometer a estrutura organizacional.
- (B) André cumpriu adequadamente seus deveres éticos ao abster-se de participar das práticas irregulares e ao manter respeito à hierarquia, uma vez que a denúncia de superiores hierárquicos deve ser evitada para preservar a harmonia administrativa e a estabilidade das relações de trabalho.
- (C) A conduta de André está parcialmente adequada aos deveres éticos, pois embora tenha resistido às pressões para participar de ações ilegais, deveria ter aguardado orientação de autoridade superior antes de tomar qualquer providência relacionada à denúncia dos fatos observados.
- (D) André descumpriu deveres fundamentais previstos no Código de Ética ao não resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas e denunciá-las, bem como ao deixar de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

---

**27.** Elisa é ocupante de um cargo público federal cujas atribuições regimentais e operacionais impõem, por sua própria natureza, a necessidade de deslocamentos constantes e rotineiros para fora da sede onde está lotada, a fim de realizar inspeções de campo. Em razão de uma reestruturação na unidade, Elisa questiona o departamento de recursos humanos sobre a ausência de pagamento de diárias em seus deslocamentos habituais de serviço, que não envolvem pernoite, mas exigem o afastamento da sede. Considerando as normas que regem as indenizações no Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990), assinale a alternativa correta.

- (A) A administração pública possui discricionariedade para converter as diárias de Elisa em auxílio-transporte, desde que a exigência permanente de deslocamento seja compensada por uma gratificação de produtividade técnica de natureza salarial.
- (B) Elisa não fará jus ao recebimento de diárias, uma vez que a legislação veda expressamente o pagamento dessa verba indenizatória nos casos em que o deslocamento da sede constitui uma exigência permanente do exercício do cargo.
- (C) O direito de Elisa às diárias é garantido pela natureza eventual do serviço público, de modo que a permanência da exigência de deslocamento no cargo não afasta o dever de indenizar as despesas com alimentação e locomoção urbana.
- (D) A servidora terá direito ao recebimento de meia diária em todos os seus deslocamentos, independentemente da natureza do cargo, visto que a vedação legal restringe-se apenas aos casos em que a União custeia as despesas por outro meio diverso.

28. No que concerne ao tratamento, à custódia e à responsabilidade sobre informações classificadas como sigilosas no âmbito da Administração Pública, a Lei nº 12.527/2011 estabelece diretrizes rígidas para o controle de acesso. Tendo em vista as disposições legais sobre a segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- (A) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação sigilosa estão estritamente condicionados ao binômio da necessidade de conhecê-la e do devido credenciamento, gerando para aquele que a obtém a obrigação legal de resguardar o sigilo.
- (B) As medidas de proteção contra perda, alteração indevida ou divulgação não autorizada de informações sigilosas aplicam-se exclusivamente aos agentes públicos vinculados estatutariamente ao Estado, não alcançando entidades privadas.
- (C) A obrigação de observar as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de informações sigilosas é restrita às autoridades máximas dos órgãos, não sendo exigível o conhecimento de tais normas pelo pessoal subordinado hierarquicamente.
- (D) O tratamento de informações sigilosas por pessoas físicas em razão de vínculo com o poder público dispensa a adoção de providências de segurança, desde que a execução da atividade ocorra em ambiente externo às dependências do órgão.

29. O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) constitui uma ferramenta estratégica de modernização da Administração Pública Federal, voltada à substituição do controle de assiduidade pela gestão de resultados. Acerca do âmbito de aplicação e das diretrizes gerais estabelecidas pelo Decreto nº 11.072/2022, assinale a alternativa correta.

- (A) A mensuração das atividades dos participantes do PGD deve pautar-se primordialmente pelo registro eletrônico de frequência, sendo vedada a utilização de indicadores de produtividade para estagiários e contratados por tempo determinado.
- (B) O PGD qualifica-se como um direito subjetivo e autoaplicável de todos os agentes públicos federais, independentemente de ato autorizativo do Ministro de Estado ou da natureza das atividades desenvolvidas pela unidade.
- (C) O programa é um instrumento de gestão focado na entrega por resultados, alcançando servidores efetivos, comissionados, empregados públicos, contratados temporários e estagiários em exercício na administração direta, autárquica e fundacional.
- (D) Em razão do princípio da unidade da Administração Pública, o PGD aplica-se indistintamente aos servidores civis e aos militares das Forças Armadas, desde que estes últimos ocupem cargos de natureza administrativa em órgãos centrais.

30. Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 sobre o início e a formulação de requerimentos no processo administrativo federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O requerimento inicial deve ser formulado exclusivamente por escrito em qualquer hipótese, não sendo admitida solicitação oral mesmo nos casos em que a legislação expressamente a autorize ou a natureza do pedido assim permita.
- (B) O requerimento inicial deve conter obrigatoriamente a identificação do interessado, o domicílio do requerente, a formulação do pedido com exposição dos fatos e fundamentos, data e assinatura, sendo vedada à administração a recusa imotivada de documentos.
- (C) O processo administrativo deve iniciar-se exclusivamente a pedido de interessado, sendo vedada a instauração de ofício pela administração pública.
- (D) Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário, devendo a administração recusar o recebimento de requerimentos que apresentem eventuais falhas formais.

31. O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro é regido pelo princípio do melhor interesse, impondo aos controladores obrigações rigorosas de transparência, segurança e adequação. Sobre os procedimentos e salvaguardas previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa correta.

- (A) A coleta de dados pessoais de crianças sem consentimento é autorizada de forma ampla sempre que o objetivo for a inclusão do menor em jogos eletrônicos ou aplicações de internet, desde que os dados sejam posteriormente anonimizados e compartilhados com parceiros comerciais.
- (B) No tratamento de dados de crianças, o controlador está dispensado de manter pública a informação sobre a forma de utilização e os tipos de dados coletados, bastando que tais informações sejam fornecidas mediante requisição formal dos pais ou responsáveis legais.
- (C) O tratamento de dados de crianças exige consentimento específico e em destaque de ao menos um dos pais ou responsável legal, devendo o controlador realizar esforços razoáveis, consideradas as tecnologias disponíveis, para verificar a legitimidade de quem prestou a autorização.
- (D) As informações sobre o tratamento de dados de menores devem ser fornecidas de maneira estritamente técnica e formal, visando garantir a precisão jurídica para os responsáveis, sendo vedado o uso de recursos audiovisuais que possam comprometer a sobriedade do processo.

**32.** No que concerne à estrutura organizacional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), o Conselho de Curadores (CCUNILAB) desempenha papel fundamental na governança institucional. De acordo com as normas estatutárias que regem o funcionamento e as competências deste órgão, assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização de convênios e acordos firmados pela Universidade é de competência exclusiva do Conselho Universitário (CONSUNI), cabendo ao CCUNILAB apenas o exame posterior dos demonstrativos contábeis resultantes de tais atos.
- (B) Compete ao órgão deliberar sobre eventuais vetos opostos pelo Reitor às suas decisões, bem como exercer a fiscalização direta sobre a incorporação de receitas extraordinárias que não tenham sido originalmente previstas no orçamento.
- (C) O Conselho de Curadores possui natureza meramente consultiva e subordinada à Reitoria, carecendo de poder deliberativo para interferir na execução da proposta orçamentária anual após sua aprovação pelo Ministério da Educação.
- (D) Em virtude do princípio da autonomia universitária, o CCUNILAB dispõe de prazo indeterminado para se pronunciar sobre matérias de fiscalização patrimonial, visando garantir a profundidade técnica de suas análises e pareceres.

**33.** A Constituição Federal estabelece regime especial de responsabilidade civil para determinadas pessoas jurídicas em razão dos danos causados por seus agentes. Com base nesse regime, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes, estando as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos excluídas desse regime de responsabilidade civil, aplicando-se a elas as regras do direito privado.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes apenas quando demonstrado dolo ou culpa na conduta, devendo o lesado comprovar a existência de culpa do agente para obter a reparação diretamente da entidade pública.
- (C) O direito de regresso contra o agente causador do dano pode ser exercido pelas pessoas jurídicas de direito público e pelas de direito privado prestadoras de serviços públicos em qualquer hipótese de dano causado a terceiros, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros no exercício de suas funções, sendo-lhes assegurado o direito de regresso contra o agente responsável quando demonstrado dolo ou culpa deste.

**34.** A Portaria MGI nº 6.719/2024 introduz definições precisas para orientar a identificação de condutas abusivas e a gestão de riscos psicossociais no serviço público federal. Sobre os conceitos de assédio, discriminação e organização do trabalho estabelecidos no referido Plano, assinale a alternativa correta.

- (A) O letramento em gênero e raça é definido como o conjunto de medidas punitivas e correccionais aplicadas a gestores que reincidem em práticas de racismo, visando à segregação administrativa do agressor para garantir a integridade do ambiente laboral.
- (B) O assédio moral organizacional caracteriza-se como um conjunto de condutas abusivas que, embora não necessariamente amparadas por métodos gerenciais, visam à ofensa pontual à dignidade de um servidor específico por questões de foro íntimo do gestor.
- (C) A organização do trabalho compreende o conjunto de normas, processos e práticas que modulam as relações hierárquicas, a divisão das tarefas e os critérios de desempenho, sendo fator determinante na análise da transversalidade das situações de violência.
- (D) A discriminação é definida exclusivamente como a exclusão fundada em raça, sexo ou idade, não abrangendo distinções baseadas em opinião política ou ascendência nacional, as quais devem ser tratadas como conflitos interpessoais comuns.

**35.** A autonomia financeira das universidades federais é exercida dentro dos limites da legislação orçamentária e das fontes de receita previstas em seus estatutos. No que tange à composição e à disciplina dos recursos financeiros da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), assinale a alternativa correta.

- (A) O Regimento Geral da UNILAB estabelecerá as diretrizes para elaboração e execução orçamentárias, de acordo com a legislação em vigor.
- (B) As dotações orçamentárias da UNILAB são provenientes exclusivamente do Orçamento Geral da União (OGU), sendo vedada, por força do princípio da unidade orçamentária, a recepção de recursos oriundos de orçamentos estaduais ou municipais.
- (C) As receitas obtidas por meio de direitos autorais, patentes e exploração de marcas pertencentes à Instituição devem ser obrigatoriamente revertidas ao Tesouro Nacional, não integrando o rol de recursos financeiros próprios da Universidade.
- (D) A celebração de contratos e convênios com organismos internacionais constitui fonte de recurso extraordinária que depende de prévia autorização legislativa específica para cada instrumento firmado, dada a natureza da dotação.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**36.** A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), em seu item 1.5, estabelece o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) como obrigação do empregador, compreendendo a identificação de perigos, a avaliação e o controle dos riscos ocupacionais, a definição de responsabilidades, a observância da hierarquia das medidas de prevenção e a preparação para emergências. Considerando exclusivamente o disposto no item 1.5 da NR-1, assinale a alternativa que está integralmente conforme a norma.

- (A) Substituir a hierarquia das medidas de prevenção pela adoção prioritária e permanente de Equipamentos de Proteção Individual como principal medida de controle.
- (B) Implementar o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, contemplando a identificação de perigos, a avaliação e o controle dos riscos ocupacionais, a definição de responsabilidades, a observância da hierarquia das medidas de prevenção e a preparação para emergências.
- (C) Implementar o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais restrito aos riscos físicos e químicos, dispensando a identificação e o controle de riscos ergonômicos e psicossociais.
- (D) Delegar aos trabalhadores a responsabilidade integral pela implementação do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, limitando o empregador ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual.

**37.** Durante fiscalização em obra de edifício de múltiplos pavimentos, a Auditoria-Fiscal do Trabalho identifica trabalhadores executando atividades em altura sem proteção coletiva adequada, com plataformas improvisadas, ausência de guarda-corpo e risco imediato de queda grave ou fatal, sendo solicitado pelo empregador prazo para regularização sob alegação de impacto econômico da paralisação. Nos termos da NR-3, no que se refere à caracterização de grave e iminente risco e à competência da Auditoria-Fiscal do Trabalho para embargo ou interdição, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo aplicável à situação descrita.

- (A) Condicionar a interdição à autorização judicial prévia, em razão da suspensão temporária da atividade econômica.
- (B) Emitir notificação com prazo para adequação, postergando a interdição até eventual descumprimento das medidas indicadas.
- (C) Restringir a atuação fiscal à orientação técnica, por se tratar de obra temporária em fase de execução.
- (D) Determinar interdição imediata da atividade ou do local, diante da caracterização de grave e iminente risco, mantendo a medida até a eliminação do risco.

**38.** A Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4) dispõe, em seu item 4.2 e nos Quadros I e II, acerca da obrigatoriedade de constituição e o dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Com base no item 4.2 e nos Quadros I e II da NR-4, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao critério normativo de exigibilidade e dimensionamento do SESMT.

- (A) A constituição do SESMT é obrigatória conforme o grau de risco da atividade principal do estabelecimento e o número de empregados, cabendo ao empregador promover seu dimensionamento segundo os critérios previstos nos Quadros I e II da NR-4.
- (B) A constituição do SESMT é obrigatória apenas para empresas industriais, independentemente do grau de risco da atividade principal ou do número de empregados.
- (C) As atribuições do SESMT podem ser delegadas integralmente aos trabalhadores, limitando-se a responsabilidade do empregador ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual.
- (D) A existência de normas internas de segurança dispensa a constituição do SESMT, ainda que presentes os critérios de obrigatoriedade previstos na NR-4.

**39.** A Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), em seu item 6.6.1, estabelece as obrigações do empregador quanto ao fornecimento e à gestão dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI). À luz do item 6.6.1 da NR-6, assinale a alternativa que reproduz integralmente a obrigação atribuída ao empregador.

- (A) Limitar a responsabilidade do empregador à simples entrega do equipamento, independentemente da existência de Certificado de Aprovação válido ou de exigência de uso.
- (B) Fornecer gratuitamente EPI adequado ao risco, com Certificado de Aprovação válido, exigir seu uso e responsabilizar-se por sua higienização, manutenção e substituição quando danificado ou extraviado.
- (C) Transferir ao trabalhador a escolha do EPI, dispensando a exigência de Certificado de Aprovação válido e limitando-se a fornecer orientação quanto ao uso.
- (D) Tornar facultativo o uso do EPI quando houver proteção coletiva eficaz, dispensando o controle formal de fornecimento e de substituição.

**40.** Durante inspeção em indústria de processamento químico, constatou-se exposição a ruído contínuo elevado, vapores orgânicos e aerossóis biológicos, além de ausência de exaustão localizada adequada e uso irregular de Equipamentos de Proteção Individual. Nos termos da NR-9, no que se refere ao reconhecimento das exposições ocupacionais, à avaliação qualitativa e quantitativa e à observância da hierarquia das medidas de controle, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo aplicável à situação descrita.

- (A) Reconhecer as exposições ocupacionais, realizar avaliações qualitativas e quantitativas, priorizar medidas de controle coletivo, adotar medidas administrativas e utilizar Equipamentos de Proteção Individual de forma complementar.
- (B) Reconhecer as exposições ocupacionais, dispensar avaliações quantitativas e priorizar Equipamentos de Proteção Individual como principal medida permanente de controle.
- (C) Reconhecer as exposições ocupacionais, realizar somente avaliação quantitativa e postergar a implementação de medidas de controle coletivo necessárias.
- (D) Reconhecer as exposições ocupacionais, limitar-se à avaliação qualitativa e substituir medidas de controle coletivo por medidas administrativas permanentes.

**41.** A Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), em seus princípios gerais e disposições relativas à apreciação de riscos, às medidas de proteção e à manutenção de máquinas e equipamentos, estabelece a obrigatoriedade de identificação dos riscos, adoção prioritária de medidas de proteção coletiva, implementação de procedimentos de trabalho seguro e realização de manutenção adequada. Com base exclusivamente nessas disposições normativas, assinale a alternativa que corresponde integralmente às exigências estabelecidas pela NR-12.

- (A) Substituir medidas de proteção coletiva por medidas administrativas e manter a operação contínua das máquinas com manutenção apenas corretiva eventual.
- (B) Identificar os riscos existentes e priorizar Equipamentos de Proteção Individual como principal medida permanente de controle, mantendo proteções coletivas apenas quando tecnicamente inviáveis.
- (C) Identificar os riscos associados às máquinas e equipamentos, realizar apreciação de riscos, adotar medidas de proteção coletiva, estabelecer procedimentos de trabalho seguro e assegurar manutenção preventiva adequada.
- (D) Avaliar os riscos somente no momento da aquisição das máquinas, dispensar procedimentos formais de trabalho seguro e concentrar as ações preventivas exclusivamente em treinamentos periódicos.

**42.** Durante fiscalização em empresa de abastecimento de combustíveis, constatou-se que trabalhadores realizam transferência habitual de líquidos inflamáveis em área de risco. Nos termos da NR-16, especialmente do Anexo 2 (Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis), no que se refere ao enquadramento da atividade e ao direito ao adicional de periculosidade, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo aplicável à situação descrita.

- (A) Reclassificar a atividade como insalubre, exigir laudo médico individual e restringir o pagamento do adicional correspondente.
- (B) Reconhecer a atividade como perigosa apenas após a ocorrência de acidente, condicionando o enquadramento à comprovação de dano efetivo ao trabalhador.
- (C) Reconhecer a atividade como perigosa conforme os critérios do Anexo 2 da NR-16, não sendo descaracterizada pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, assegurando o adicional enquanto persistirem as condições de risco.
- (D) Descaracterizar a periculosidade em razão do fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual e da adoção de procedimentos operacionais padronizados.

**43.** Em fiscalização realizada em canteiro de obras, constatou-se a inexistência de Programa de Gerenciamento de Riscos específico da obra, execução de trabalho a quente sem permissão formal, áreas de vivência inadequadas e realização de trabalho em altura sem proteção coletiva. Consideradas as obrigações regulamentares incidentes sobre a situação descrita, selecione a alternativa que se encontra integralmente alinhada às exigências da NR-18.

- (A) Postergar a implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos específico da obra e autorizar trabalho a quente sem controle formal sistemático.
- (B) Priorizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual, dispensar Programa de Gerenciamento de Riscos específico da obra e permitir trabalho a quente eventual sem formalização.
- (C) Adotar Programa de Gerenciamento de Riscos genérico aplicável à empresa, tolerar trabalho a quente sem autorização formal e substituir proteção coletiva por medidas administrativas.
- (D) Elaborar e implementar Programa de Gerenciamento de Riscos específico da obra, instituir controle formal para trabalho a quente, adequar as áreas de vivência e instalar proteção coletiva contra quedas em altura.

44. Em unidade de diagnóstico por imagem integrada a laboratório clínico, realizam-se manipulação de amostras biológicas e operação de equipamentos emissores de radiação ionizante. À vista das disposições da NR-32 relativas à classificação dos riscos biológicos e à implementação de proteção radiológica em serviços de saúde, identifique a alternativa que contempla de forma integral as obrigações impostas ao empregador na situação descrita.

- (A) Identificar e classificar os riscos biológicos presentes, implementar programa de proteção radiológica e adotar medidas integradas de controle coletivo e individual.
- (B) Priorizar exclusivamente o uso de Equipamentos de Proteção Individual, dispensando a classificação formal dos riscos biológicos e a implementação de medidas estruturadas de proteção radiológica.
- (C) Restringir as medidas de controle apenas aos trabalhadores expostos à radiação ionizante, omitindo ações preventivas relativas aos riscos biológicos existentes.
- (D) Adotar providências apenas após a ocorrência de acidentes, dispensando medidas sistemáticas de prevenção e proteção radiológica.

45. Em atividade de manutenção executada em estrutura metálica situada a oito metros de altura, constatou-se inexistência de Análise Preliminar de Riscos (APR), ausência de proteção coletiva contra quedas, utilização de cinturão tipo paraquedista sem sistema de ancoragem certificado e ocorrência simultânea de condições climáticas adversas e sinais de fadiga. Nesse contexto, consideradas as exigências expressamente estabelecidas na NR-35 quanto à análise de riscos, à adoção de medidas de proteção coletiva, à utilização de sistemas de proteção contra quedas e à observância de condições impeditivas, assinale a alternativa que traduz integralmente a providência obrigatória a ser adotada pelo empregador.

- (A) Delegar a responsabilidade ao trabalhador, dispensar a Análise Preliminar de Riscos formal, substituir proteção coletiva por Equipamentos de Proteção Individual e permitir execução do trabalho mesmo diante de condições impeditivas.
- (B) Interromper a atividade, elaborar a Análise Preliminar de Riscos, implementar proteção coletiva adequada, assegurar sistema de proteção contra quedas com ancoragem certificada e suspender o trabalho diante de condições impeditivas.
- (C) Manter a atividade, dispensar a Análise Preliminar de Riscos, adotar exclusivamente Equipamentos de Proteção Individual, permitir sistema de ancoragem não certificado e prosseguir o trabalho mesmo diante de condições impeditivas.
- (D) Autorizar a atividade, substituir proteção coletiva por medidas administrativas, admitir sistema de ancoragem não certificado, dispensar Análise Preliminar de Riscos formal e permitir continuidade do trabalho em condições impeditivas.

46. Durante avaliação quantitativa de higiene ocupacional em indústria química, identificaram-se exposições simultâneas a agentes físicos e químicos. Nesse contexto, considerada a natureza jurídica da NR-15 como norma regulamentadora de observância obrigatória quanto aos limites de tolerância e aos critérios de caracterização da insalubridade, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à conduta exigida pelo ordenamento aplicável.

- (A) Desconsiderar a avaliação quantitativa prevista na NR-15 quando existirem recomendações técnicas estrangeiras consideradas mais protetivas.
- (B) Aplicar valores internacionais de exposição como referência técnica complementar, ainda que superiores aos limites de tolerância previstos nos anexos da NR-15.
- (C) Aplicar parâmetros internacionais considerados mais atualizados para substituir os limites de tolerância fixados nos anexos da NR-15.
- (D) Aplicar os limites de tolerância previstos nos anexos da NR-15, observando os critérios técnicos estabelecidos para caracterização e enquadramento da insalubridade.

47. No âmbito da higiene ocupacional, a relação dose-resposta e os processos de toxicodinâmica e toxicocinética fundamentam a interpretação dos efeitos biológicos decorrentes da exposição a agentes nocivos, enquanto a NHO-01 estabelece procedimentos técnicos para avaliação quantitativa da exposição ocupacional ao ruído. Nesse contexto, consideradas exclusivamente essas bases conceituais e normativas, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao procedimento técnico exigido.

- (A) Utilizar critérios técnicos de avaliação quantitativa não previstos na NHO-01, desconsiderando a análise dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética na caracterização da exposição ocupacional ao ruído.
- (B) Substituir a análise dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética pela aplicação isolada de critérios clínicos subjetivos na avaliação da exposição ocupacional ao ruído.
- (C) Aplicar a análise dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética sem observar os critérios técnicos de avaliação quantitativa previstos na NHO-01 para o ruído ocupacional.
- (D) Integrar a análise dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética à aplicação dos critérios técnicos de avaliação quantitativa previstos na NHO-01 para caracterização da exposição ocupacional ao ruído.

**48.** Durante a avaliação das condições térmicas em ambiente de trabalho, impõe-se a integração entre fundamentos toxicológicos e os procedimentos técnicos previstos na NHO-06 para caracterização da exposição ocupacional ao calor. Nesse contexto, consideradas exclusivamente essas bases conceituais e normativas, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao procedimento técnico exigido.

- (A) Utilizar critérios clínicos subjetivos para avaliação da exposição ocupacional ao calor, substituindo a aplicação dos procedimentos técnicos previstos na NHO-06.
- (B) Integrar a relação dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética à aplicação dos critérios técnicos de avaliação quantitativa previstos na NHO-06, incluindo a determinação do IBUTG para caracterização da exposição ocupacional ao calor.
- (C) Aplicar os critérios técnicos de avaliação previstos na NHO-06 sem considerar a relação dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética na caracterização da exposição ocupacional ao calor.
- (D) Integrar a relação dose-resposta e os mecanismos de toxicodinâmica e toxicocinética, dispensando a aplicação dos critérios técnicos de avaliação quantitativa previstos na NHO-06 para o calor ocupacional.

**49.** Durante avaliação de atividade com exposição a contaminantes inaláveis acima dos limites de tolerância, constatou-se a necessidade de adoção de proteção respiratória como medida complementar às ações de controle coletivo e administrativo. Nesse contexto, considerados exclusivamente os princípios do Programa de Proteção Respiratória (PPR), o conceito de Fator de Proteção Requerido (FPR) e o conceito de Fator de Proteção Atribuído (FPA), examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao procedimento técnico exigido.

- (A) Determinar o FPR com base na concentração do contaminante, selecionar respirador sem considerar o FPA e assegurar treinamento, ensaio de vedação e manutenção fora dos critérios do PPR.
- (B) Determinar o FPR com base na concentração do contaminante, selecionar respirador independentemente da relação entre FPR e FPA e dispensar treinamento, ensaio de vedação e manutenção conforme o PPR.
- (C) Determinar o FPR com base na concentração do contaminante, selecionar respirador cujo FPA seja igual ou superior ao FPR e assegurar treinamento, ensaio de vedação e manutenção conforme o PPR.
- (D) Determinar o FPR com base na concentração do contaminante, selecionar respirador com FPA inferior ao FPR e assegurar uso contínuo sem ensaio de vedação e manutenção conforme o PPR.

**50.** Durante auditoria em ambiente industrial com exposição crônica a ruído acima dos níveis de ação, constatou-se a necessidade de adequação do Programa de Conservação Auditiva (PCA). Nesse contexto, considerados exclusivamente os princípios técnicos do PCA, os métodos de atenuação de longo prazo e a utilização de equipamentos apropriados para avaliação quantitativa da intensidade do ruído ocupacional, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à providência técnica exigida.

- (A) Implementar o PCA com avaliação quantitativa mediante dosimetria ou medição integradora, adoção de controles de engenharia, monitoramento audiométrico periódico e treinamento sistemático dos trabalhadores expostos.
- (B) Implementar o PCA com avaliação quantitativa pontual, adoção exclusiva de protetores auditivos, monitoramento audiométrico eventual e ausência de controles de engenharia estruturados.
- (C) Implementar o PCA com avaliação baseada em percepção subjetiva do ruído, adoção de medidas administrativas isoladas, monitoramento clínico não periódico e ausência de quantificação instrumental.
- (D) Implementar o PCA com medições ambientais descontinuadas, substituição de controles de engenharia por rodízio operacional e realização de audiometrias apenas admissionais e demissionais.

**51.** Na abordagem teórica da ergonomia, os riscos psicossociais resultam da interação entre organização e gestão do trabalho, exigências físicas das tarefas e respostas humanas às cargas biomecânicas. Nesse contexto, considerando exclusivamente esses fundamentos conceituais, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à articulação teórica entre biomecânica ocupacional e riscos psicossociais.

- (A) Compreender a ergonomia como conjunto de ajustes pontuais de mobiliário, desconsiderando a interação entre organização do trabalho, exigências físicas e respostas biomecânicas.
- (B) Compreender a ergonomia como adaptação exclusivamente física do posto de trabalho, dissociando exigências biomecânicas da organização do trabalho e afastando a análise dos riscos psicossociais.
- (C) Compreender a ergonomia como integração entre organização e gestão do trabalho, exigências físicas das tarefas e respostas biomecânicas, reconhecendo a influência dessa interação na configuração dos riscos psicossociais.
- (D) Compreender a ergonomia como abordagem restrita aos riscos psicossociais, excluindo a análise das exigências físicas das tarefas e das cargas biomecânicas ocupacionais.

**52.** Um laboratório clínico que manipula agentes biológicos potencialmente patogênicos utiliza sistemas de climatização artificial e executa procedimentos conforme o grupo de risco biológico estabelecido pelo Ministério da Saúde, e impõe-se o atendimento simultâneo aos padrões referenciais de qualidade do ar interior definidos pela ANVISA e às medidas de contenção compatíveis com a classificação do agente biológico. Nesse contexto, consideradas exclusivamente essas exigências normativas de caráter cumulativo e obrigatório, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à conduta exigida.

- (A) Adotar providências preventivas somente após incidentes laboratoriais, sem cumprimento prévio cumulativo dos padrões de qualidade do ar e das medidas de contenção.
- (B) Implementar apenas padrões de qualidade do ar interior conforme normativos da ANVISA, dispensando medidas de contenção relacionadas ao grupo de risco biológico.
- (C) Implementar apenas medidas de contenção relacionadas ao grupo de risco biológico, independentemente da observância dos padrões referenciais de qualidade do ar interior.
- (D) Implementar padrões de qualidade do ar interior conforme normativos da ANVISA e adotar medidas de contenção compatíveis com o grupo de risco biológico estabelecido pelo Ministério da Saúde.

**53.** O Decreto nº 6.833/2009 institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), estruturando-o como modelo de gestão compartilhada das ações de atenção à saúde do servidor e estabelecendo competências de natureza estratégica para o Comitê Gestor. Nesse contexto, considerando exclusivamente as disposições do referido decreto quanto à organização sistêmica do SIASS, à integração das ações de atenção à saúde e às atribuições do Comitê Gestor, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao comando normativo.

- (A) Atribuir ao Comitê Gestor a execução direta das perícias oficiais em saúde, das ações de vigilância e das atividades administrativas das unidades integrantes do subsistema.
- (B) Integrar as ações de perícia oficial em saúde, vigilância aos ambientes e processos de trabalho, promoção e prevenção em saúde, cabendo ao Comitê Gestor estabelecer diretrizes, normas e orientações de caráter estratégico para o funcionamento do subsistema.
- (C) Restringir o SIASS à realização de perícias médicas individuais de forma isolada, mantendo as ações de vigilância, promoção e prevenção sob responsabilidade exclusiva e não integrada de cada órgão da administração pública federal.
- (D) Assegurar autonomia plena aos órgãos e entidades para instituir políticas próprias de atenção à saúde do servidor sem observância das diretrizes centrais estabelecidas no âmbito do SIASS.

**54.** No ordenamento jurídico brasileiro, o conceito de acidente do trabalho apresenta definições específicas conforme o regime jurídico do trabalhador. Considerando exclusivamente as disposições da Lei nº 8.213/1991 e da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao conceito legal de acidente do trabalho.

- (A) Reconhecer acidente do trabalho somente quando houver culpa direta do empregador ou da administração pública, ainda que presente onexo causal com a atividade.
- (B) Limitar acidente do trabalho aos eventos ocorridos no interior do estabelecimento do empregador, excluindo situações ocorridas fora do local de trabalho ou em serviço.
- (C) Caracterizar acidente do trabalho como evento ocorrido pelo exercício do trabalho ou das atribuições do cargo que cause lesão corporal, perturbação funcional, dano físico ou mental ou morte.
- (D) Vincular acidente do trabalho apenas aos eventos com afastamento superior a quinze dias, independentemente da existência denexo causal entre o trabalho e o agravo.

**55.** Em uma ação judicial que discute adicional de insalubridade e a ocorrência de acidente de trabalho, o juiz determina a realização de perícia técnica. Após a juntada do laudo aos autos, uma das partes alega a existência de falhas na análise das condições de trabalho. Nesse contexto, considerando exclusivamente o regime jurídico da prova pericial no Código de Processo Civil, sua aplicação ao processo do trabalho e os fundamentos legais da prova técnica, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente à providência processual cabível.

- (A) Admitir a manifestação das partes sobre o laudo, possibilitar a formulação de quesitos suplementares, determinar esclarecimentos ao perito e, quando a prova se mostrar insuficiente, autorizar a realização de nova perícia.
- (B) Vincular o juiz às conclusões do laudo pericial, vedando a manifestação das partes, a solicitação de esclarecimentos técnicos e a realização de nova perícia complementar.
- (C) Condicionar a impugnação do laudo à comprovação de dolo ou culpa do perito, impedindo a formulação de quesitos suplementares e a prestação de esclarecimentos técnicos em juízo.
- (D) Impedir a realização de nova perícia mesmo diante de prova técnica inconclusiva, restringindo a decisão judicial às conclusões constantes exclusivamente do laudo apresentado.

**56.** No âmbito da Administração Pública Federal, um servidor exerce atividades com exposição a agentes físicos potencialmente nocivos e requer a concessão de adicional remuneratório. A unidade de gestão de pessoas instaura procedimento administrativo para verificação das condições ambientais de trabalho. Nesse contexto, considerando exclusivamente as disposições da Instrução Normativa SGP/SEGEGG/ME nº 15/2022, examine as alternativas e assinale aquela que corresponde integralmente ao comando normativo aplicável.

- (A) A concessão dos adicionais e da gratificação pode ocorrer por decisão administrativa sem avaliação ambiental formal, ainda que não haja caracterização de exposição habitual ou permanente mediante laudo técnico pericial.
- (B) A concessão dos adicionais e da gratificação depende de avaliação ambiental formal, caracterização da exposição habitual ou permanente e emissão de laudo técnico pericial, não decorrendo automaticamente do cargo, da função ou da unidade de lotação.
- (C) A concessão dos adicionais e da gratificação decorre automaticamente da lotação do servidor em unidade considerada de risco, sendo dispensadas a avaliação ambiental, a caracterização da exposição e a emissão de laudo técnico pericial.
- (D) É admitida a percepção cumulativa de adicional de insalubridade com adicional de periculosidade e de adicional de irradiação ionizante com gratificação por trabalhos com raios X, desde que exista laudo técnico pericial.

**57.** No desenvolvimento de atividades experimentais em laboratório que manipulam agentes biológicos classificados segundo critérios de risco estabelecidos pelo Ministério da Saúde, os procedimentos devem observar medidas de biossegurança proporcionais ao grupo de risco do agente manipulado, destinadas à prevenção da exposição ocupacional e à proteção da saúde e do ambiente. Considerando os princípios técnicos que orientam medidas de controle e prevenção em biossegurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Implementar medidas de contenção proporcionais ao risco do agente biológico, associadas a práticas laboratoriais seguras e controle da exposição ocupacional.
- (B) Priorizar exclusivamente a qualidade do ar interior como estratégia suficiente para prevenir riscos biológicos em ambientes laboratoriais.
- (C) Basear o controle dos riscos laboratoriais apenas na utilização de equipamentos de proteção individual, independentemente da classificação do agente biológico.
- (D) Adotar medidas de biossegurança somente após incidentes laboratoriais que indiquem exposição ocupacional significativa a agentes biológicos.

**58.** A Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) estrutura-se em eixos institucionais formalmente definidos, com denominação específica e natureza organizadora das ações integradas de atenção à saúde do servidor. Tomando por referência exclusiva a nomenclatura oficial desses eixos, conforme estabelecida na PASS, indique a alternativa que apresenta correspondência integral e literal com o rol normativo.

- (A) Promoção da Saúde; Monitoramento Funcional; Prevenção de Agravos; Assistência Previdenciária; Perícia em Saúde.
- (B) Promoção da Saúde; Vigilância Epidemiológica; Prevenção de Agravos; Assistência Médica; Perícia Administrativa.
- (C) Promoção da Saúde; Vigilância em Saúde; Prevenção de Agravos; Assistência à Saúde; Perícia em Saúde.
- (D) Promoção da Qualidade de Vida; Vigilância em Saúde; Prevenção de Doenças; Assistência à Saúde; Perícia Médica.

**59.** Um servidor público federal, no exercício habitual de suas atribuições, passa a atuar em condições insalubres ou perigosas, sendo instaurado procedimento administrativo com realização de perícia para verificação das condições de trabalho. Com fundamento exclusivo nos arts. 68 a 72 da Lei nº 8.112/1990, indique a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo.

- (A) O adicional será concedido automaticamente em razão das atribuições do cargo efetivo, desde que previsto em regulamento interno do órgão.
- (B) O servidor poderá perceber simultaneamente os adicionais de insalubridade e periculosidade quando houver exposição concomitante a agentes distintos devidamente caracterizados por laudo técnico.
- (C) O adicional será devido em razão da simples constatação administrativa das condições de risco, independentemente de caracterização por perícia oficial.
- (D) O servidor que trabalhar habitualmente em condições insalubres ou perigosas faz jus ao adicional após caracterização por perícia técnica, sendo vedada a percepção cumulativa entre eles.

**60.** O art. 12 da Lei nº 8.270/1991 assegura a manutenção da gratificação por atividades com raios X ou substâncias radioativas, condicionando sua percepção à observância da legislação específica que disciplina a matéria. O Decreto nº 81.384/1978 estabelece os critérios técnicos para a caracterização das atividades e para a concessão da referida vantagem. Com fundamento exclusivo nesses dispositivos, no que se refere à natureza jurídica da gratificação e às condições para sua concessão, assinale a alternativa que corresponde integralmente ao comando normativo.

- (A)** A concessão da gratificação constitui ato discricionário da Administração, podendo ser deferida por decisão administrativa ainda que ausente a caracterização das condições previstas na legislação específica.
- (B)** A gratificação é mantida pela Lei nº 8.270/1991 e sua concessão permanece condicionada ao atendimento dos critérios técnicos definidos na legislação específica regulamentada pelo Decreto nº 81.384/1978.
- (C)** A Lei nº 8.270/1991 instituiu gratificação autônoma e desvinculada de regulamentação técnica, tornando inaplicáveis as disposições do Decreto nº 81.384/1978.
- (D)** O Decreto nº 81.384/1978 autoriza a concessão automática da gratificação aos servidores que exerçam atividades em unidades que utilizem radiação ionizante, independentemente de caracterização técnica.